

17 de Julho 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 68 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

Multicaixas 24 horas ao dia

O Banco Nacional de Angola exigiu à EMIS e à banca comercial a disponibilização dos serviços de multicaixa 24 horas ao dia, garantindo aos clientes acesso ininterrupto aos serviços bancários. A medida do BNA é justificada com o crescimento do volume de transacções e serviços. Pág. 15



DESAFIO IMEDIATO

BPC entra “em funcionamento normal” até Dezembro

Conselho de administração do maior banco público promete voltar a colocar a instituição em “funcionamento normal” até Dezembro deste ano. Enchentes nos balcões e queixas de corrupção sobre funcionários que exigem 10% de ‘comissão’ para agilizar créditos entre as principais reclamações dos clientes. Pág. 14

CARTEL ANALISA SITUAÇÃO DO MERCADO NA PRÓXIMA SEMANA

Angola fora da reunião da OPEP na Rússia

PETRÓLEO. O cartel que junta a maioria dos países produtores e exportadores de crude reúne-se, no próximo dia 24, em São Petersburgo, na Rússia, para analisar os cortes na produção, mas Angola não estará presente. Fonte oficial justifica a ausência do país com o facto de Angola não integrar o grupo técnico de acompanhamento das acções acordadas em 2016 sobre cortes na produção. Pág. 8



Satélite angolano pode vender para África e Europa

ENTREVISTA. O director executivo da Infrasset, unidade que gere a comercialização das reservas de banda do Angosat1, declarou, em exclusivo ao VALOR, que o satélite angolano terá capacidade para atender países dos continentes africano e europeu a preços competitivos. Diogo de Carvalho, que confirma negociações com vários interessados, explica que o Angosat1 criará também oportunidades para pequenos empreendedores. Págs. 4 a 6

Moedas AKZ 166,7 Kz (+0)▲ EUR 190,32 kz (+0,63)▲ LIBRA 214,88 KZ (-1,18)▼ YUAN 24,5 kz (+0,04)▲ RAND 12,42 KZ (-0,14)▼



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



BOAS PRÁTICAS

É consensual hoje, pelo menos em teoria, que o país carece de um conjunto de reformas que assente, resumidamente, na adopção de boas práticas. Boas práticas precisam-se na produção, gestão e distribuição dos rendimentos públicos nos diferentes níveis da governação e da administração do Estado. Boas práticas requerem-se na administração de empresas públicas e privadas. Na gestão da banca e na regulação dos mercados. Boas práticas exigem-se na administração e gestão do ensino. Nos critérios de acesso às oportunidades, em termos gerais e abstractos. Boas práticas recomendam-se até, a nível mais doméstico, na gestão dos recursos pessoais. O país, no fundo, precisa de boas práticas no seu todo.

Vem essa reflexão, mais uma vez, a propósito de dois factos de relevância política, económica e social que marcaram a última semana. O mais importante está relacionado com o universo das telecomunicações. O Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, sob a liderança de José Carvalho da Rocha, anunciou o início das pré-vendas das capacidades de serviços do Angosat1. A Televisão Pública de Angola e a congalesa democrática Renatelsat adiantaram-se com a assinatura de contratos de reserva. Carvalho da Rocha decidiu, entretan-

to, juntar ao anúncio das pré-vendas outras iniciativas para assegurar que o primeiro satélite angolano já é, de facto e de jure, uma realidade. Uma dessas iniciativas foi abrir as portas do Centro de Controlo e Missão de Satélite, na Funda, em Luanda, a várias individualidades, incluindo directores de órgãos de comunicação e social e fazedores de opinião. E o que ficou à vista, apesar da necessidade de crescimento dos recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, sinalizou, de forma clara, que há vontade para uma aposta séria nas capacidades angolanas. Basta referir que o Angosat 1, a partir do momento em que estiver em órbita, vai ser operacionalizado exclusivamente por técnicos angolanos formados a propósito. A assistência estrangeira estará reservada apenas à eventualidade de intervenções mais complexas. Ou seja, ao contrário do que se esperaria de um projecto dessa dimensão, na operacionalização do satélite angolano não haverá consultores estrangeiros. Apenas jovens angolanos. E ainda que se tenha tratado de uma imposição do fa-

bricante russo, qualquer um de bom senso percebe que estão em causa apenas benefícios para o país. Porque, ao excluir-se a mão visível dos consultores de costume, entre outras possibilidades, há garantias mais efectivas de transferência de conhecimentos para nacionais, logo para Angola. Está aqui, portanto, um exemplo de boa prática que deve ser destacado e incentivado.

Outro facto relevante da última semana que ressuscita o tema das boas práticas foi o rompimento brusco e unilateral do contrato de gestão da TAAG, por iniciativa da Emirates. Quando, em Outubro de 2016, o demissionário PCA da TAAG defendeu, numa entrevista polémica ao VALOR, que a fase de reestruturação das grandes empresas deveria ser liderada por estrangeiros, escrevemos, na mesma edição, que a tese de Peter Hill só seria simplista se fosse analisada também de forma simplista e abstracta. Dissemos, na altura, que Peter Hill se referia a estrangeiros de culturas empresariais com solidez material suficiente, ao ponto de recusarem acordos de indignidade. De estrangeiros que não sucumbiam à promiscuidade e à mediocridade na primeira esquina de Luanda. De estrangeiros obcecados pela cultura das boas práticas. Era a derradeira explicação da diferença entre a gestão da Emirates na TAAG e a 'gestão' que nos oferecem os consultores de costume. Alguém não percebeu a diferença fundamental e, claro, a Emirates bazou.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo:

António Nogueira

Editor gráfico:

Pedro de Oliveira

Redacção:

António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui,

Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia:

Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção:

Rosa Ngola

Paginação:

Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores:

Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores:

Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica:

Notiforma SA

Propriedade e Distribuição:

GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem:

4.000 N.º de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração:

Mariquinha Rego

Departamento Administrativo:

Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial:

Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N.º de Contribuinte: 5401180721;

N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Pedro Ribeiro

DG Angonabeiro

Que produtos são produzidos e comercializados em Angola pela Angonabeiro?

A Angonabeiro produz, em Angola, o café Ginga, a marca 100% angolana, e comercializa ainda uma gama alargada de produtos: os cafés Delta, a Delta Q, as marcas de chá Deltea e Tetley. Produz ainda os vinhos, azeites e vinagres da Adega Mayor; as azeitonas, tremoços e pickles da Qampo; as águas Vimeiro; as massas Marimba; o azeite Serrata; as bolachas Dan Cake e o leite Puro.

Qual é o actual volume de produção de café da empresa?

Só em 2016, a Angonabeiro produziu cerca de 300 toneladas da marca Ginga e exportou perto de 200 toneladas de matéria-prima. Não foi possível exportar mais devido ao preço de aquisição do café em Angola, que foi superior à cotação internacional. Esta situação ainda subsiste e, em 2017, impossibilitou a exportação de matéria-prima.

Como se comportou a carteira de negócios da empresa no ano passado?

O crescimento do volume de negócios da Angonabeiro em 2016 foi cerca de 40% face a 2015, representando o café aproximadamente 70% do negócio.

11 TERÇA-FEIRA

O ministro dos Transportes, Augusto Tomás, garantiu que a implementação da segunda fase do projecto de reabilitação e modernização do Porto do Namibe pretende impulsionar o desenvolvimento da Huíla, Namibe, Kuando-Kubango e Cunene.

12 QUARTA-FEIRA

Aconteceu, na localidade de Giraúl de Baixo, no Namibe, o lançamento da primeira pedra e a celebração do contrato de investimento privado para a construção de uma refinaria petroquímica, orçada em 12 mil milhões dólares, entre a UTIP e as investidoras russas Rail Standard Service e Fortland Consulting Company.

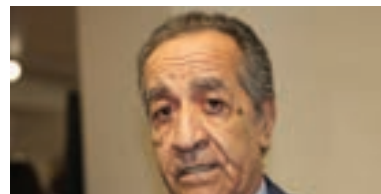
13 QUINTA-FEIRA

O Presidente da República deu por findo o mandato do conselho de administração da TAAG e nomeou uma comissão de gestão para assegurar a continuidade da actividade da companhia, na sequência da rescisão unilateral pela Emirates do contrato de gestão com a TAAG.



14 SEXTA-FEIRA

O presidente da ABANC, Amílcar Silva, defendeu, no “Fórum Económico Angola-Índia”, que os empresários devem criar projectos viáveis que satisfaçam os requisitos exigidos pela linha de crédito do Banco de Exportações e Importações da Índia (Exim-Bank-Índia).



15 SÁBADO

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Valter Filipe, anunciou no VII Fórum da Banca sobre regulação e supervisão bancária, que o aumento da produção agrícola e da competitividade passam a ser prioridades da política monetária cambial.



16 DOMINGO

Encerrou a primeira edição da ‘Feira do Cacusso Nacional’, no Panguila, Bengo, que contou com a participação de 16 expositores. O evento decorreu sob o lema ‘Aumentar a produção de cacusso para diversificar a economia e garantir a segurança alimentar’.



SEGUNDA-FEIRA

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) pretende vender mais de 200 mil milhões de kwanzas, de carteira do crédito malparado à Recredit, no âmbito do plano de recapitalização financeira, revelou o presidente do conselho de administração da instituição, Ricardo Viegas d'Abreu.

COTAÇÕES



EUROPA: QUEDAS DA BANCA PRESSIONAM BOLSAS

As bolsas europeias regressaram às descidas, pressionadas pela divulgação de resultados decepcionantes nos EUA. O índice europeu Stoxx 600 avançou 0,18%, mas a maioria das praças europeias encerrou com perdas inferiores a 0,5%. O britânico Footsie desceu 0,47%, enquanto o alemão Dax cedeu 0,08% e o francês Cac encerrou estável. A pressão estiveram os títulos da banca, depois do Citigroup e do JPMorgan terem reportado uma queda das receitas de negociação no segundo trimestre.



PETRÓLEO PROLONGA GANHOS

Os preços do petróleo seguiram a valorizar perto de 1%. Até à tarde da última sexta-feira, o produto preparava-se para fechar a semana com balanço positivo. O WTI, por exemplo, negociado em Nova-Iorque, subia, 0,91% para 46,50 dólares, com o crude a valorizar cerca de 5% nas últimas cinco sessões. Já o Brent, em Londres, ganhava 0,93% para 48,87 dólares. Os ganhos aceleraram depois de um relatório da Agência Internacional da Energia ter aumentado as estimativas para a procura global em 2017.

Entrevista

DIOGO CARVALHO, DIRECTOR EXECUTIVO DA INFRASAT

“Com o Angosat podemos vender serviços em África e na Europa a preços competitivos”

O sinal do primeiro satélite angolano, que deve entrar em órbita no terceiro trimestre deste ano, já começou oficialmente a ser comercializado aos potenciais interessados. O director executivo da Inframat, empresa que está a gerir o processo das vendas, fala, em entrevista ao VE, das potencialidades e dos benefícios que o Angosat deverá acarretar para o mercado das telecomunicações a nível nacional e internacional.

Por António Nogueira

Em que medida a Inframat está preparada para a comercialização das capacidades do Angosat?

Já nos estamos a preparar para esse desafio há algum tempo. Estamos a trabalhar na área de gestão de satélites há sensivelmente nove anos. Aliás, a nossa actividade, em Angola, esteve sempre centrada neste segmento. Portanto, temos expe-

riência na matéria e temos estado a preparar, em termos técnicos, a nossa comercialização. Temos trabalhado também muito directamente com o Gabinete de Gestão Espacial (GGPN), no sentido de nos complementarmos. Ou seja, temos a parte técnica a cargo do GGPN e a parte comercial a cargo da Inframat. Logicamente que as participações em ‘workshops’ e em grandes feiras tecnológicas de âmbito internacional nos dá mais arcaboço. Em termos de feiras, por exemplo, temos participado de forma regular no Africom, que é realizado na cidade de Cape Town, na África do Sul; temos vários outros eventos que

decorrem na Europa e nas Américas. Portanto, são eventos que servem sempre para a troca de experiências entre operadores de satélites. E, com isso, estamos a garantir o sucesso desta nova empreitada que nos foi atribuída.

A Inframat já informou ter assinado contratos de reserva de capacidades do satélite com entidades angolanas e com pelo menos uma estrangeira. Já há muita procura nesta fase?

Já assinámos um contrato de reserva de banda com a República do Congo Democrático e já assinámos também com algumas empresas nacio-



“Normalmente, e digo isso fruto das experiências internacionais que temos, os satélites começam a ser comercializados um ano a seis meses antes do seu lançamento.”

nais. Neste momento, estamos em negociações com outras empresas internacionais que também já manifestaram a intenção de reserva de banda no Angosat.

Pode enumerar as empresas com as quais já foram firmados contratos?

De momento, não! Porque ainda estamos em negociações e, até fecharmos esta etapa, não seria bom adiantarmos os nomes das empresas. Mas posso garantir que as negociações estão muito avançadas.

Neste momento, o que estamos a fazer é a reserva da banda. Ou seja, as empresas estão a apresentar-nos as suas necessidades e nós, Infrasat, estamos a apresentar as capacidades disponíveis. Em termos práticos, o processo decorre da seguinte maneira: se um determinado cliente que hoje dispõe de 36 megas de internet quiser passar a receber este sinal a partir do Angosat, ele terá de vir até à Infrasat fazer uma reserva da banda que pretende. É a isso que chamamos de acordo de reserva de banda. Só depois disso é que assinamos o acordo de reserva de banda com a entidade que solicita.

Portanto, este é o processo que estamos a desenvolver neste momento. Normalmente, e digo isso fruto das experiências internacionais que temos, os satélites começam a ser comercializados um ano a seis meses antes do seu lançamento. É por essa razão que já começamos também a comercializar o sinal do Angosat. Ou seja, estamos já a dizer efectivamente a capacidade de que dispomos e o que estamos a disponibilizar.

Como está a ser feita, em termos práticos, a comercialização do sinal. Há vários pacotes com capacidades e preços distintos ou é tudo uniformizado?

Nós só definimos os preços, em função da banda que o cliente quer e do tempo que vai requer o serviço. Tal como disse anteriormente, o processo de comercialização é discutido entre a entidade e a Infrasat. Ele (cliente) vem com as necessidades e nós, em função disso, vamos dizer qual a banda que podemos disponibilizar.

Os preços estão fixados somente em kwanzas? Há um preço referência para a banda solicitada?

Para os operadores locais os preços vão ser em kwanzas. Para os compra-

Se algum provedor de telefonia móvel, por exemplo, se dirige à Infrasat e solicita uma largura de banda de dois megas, a velocidade do sinal de internet, neste caso, só será mais rápida se forem poucas pessoas a navegar.



Com os satélites, com uma cobertura global do país, vamos conseguir atingir todas essas pessoas que neste momento estão excluídas de telecomunicação. O grande ganho está exactamente aí.

dores internacionais vamos utilizar a moeda mais utilizada internacionalmente.

Em relação ao preço referência, o que posso garantir é que, a partir dos estudos que fizemos, os preços vão ser competitivos e acessíveis para além de que vão melhorar os preços que tínhamos anteriormente. Temos um satélite nosso e que foi desenhado para cobrir as necessidades de Angola. Portanto, vamos lançar-nos no mercado com preços competitivos e moderados para que todo o mundo que hoje trabalha com satélite tenha acesso. Os preços vão ser competitivos e acessíveis a todos os operadores.

Que requisitos os interessados têm de cumprir para poder aceder ao sinal do Angosat?

Basta ser um operador que preste serviço ao público-alvo por satélite para estar automaticamente habilitado para vir comprar capacidade de banda no Angosat.

No nosso país, os interessados terão logicamente de ter, primeiro, as licenças correspondentes para poder prestar estes serviços. E aí, aproveitamos também abrir uma deixa para os pequenos empresários que também queiram fazer algum negócio na área de telecomunicações por satélite.

Já se sabe que o Angosat permitirá levar as comunicações em todo o país. Há capacidade para que esta possibilidade chegue a países vizinhos, no caso de haver potenciais interessados no sinal do satélite angolano?

O satélite angolano, na banda C, tem uma capacidade de cobertura numa extensão que vai da África do Sul até à Europa. Na banda KU, que é outra faixa de frequência, o Angosat cobre toda a África subsaariana. O que significa que nós podemos vender serviços, quer em África, quer na Europa, a preços competitivos.

A gestão do sinal do Angosat, por parte da Infrasat, será toda efectuada a partir de Luanda ou estará prevista a criação de delegações noutros pontos do país e no exterior devido aos potenciais interessados no estrangeiro?

Os nossos escritórios são em Luanda e a partir dessa parcela do território que vamos começar a comerciali-

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista



CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

zar. Nesse mundo (das telecomunicações), não são os interessados a vir ter connosco.

Nós é que vamos ter com os interessados. Logicamente, se alguém tiver necessidade e quiser vir ter connosco, estamos preparados para os receber. Aliás, foi por isso que fizemos o lançamento da campanha de comercialização do Angosat para informar os potenciais clientes que, de facto, estamos abertos à venda. Esta é uma das formas de chegar até ao cliente. Logicamente, temos de pensar em ir para fora também para divulgar o nosso projecto.

Com o lançamento do Angosat, os utilizadores de internet no país, por exemplo, poderão beneficiar de uma maior velocidade de internet?
A internet hoje é disponibilizada por vários meios, nomeadamente fibra, rádio e também satélite. Nesse momento, o satélite vem trazer, primeiro, qualidade e, depois, mais disponibilidade. Ou seja, os clientes vão poder ter mais acesso à internet. O

Temos um plano de negócios que vamos seguir à risca para poder obter os dividendos deste investimento que o Estado fez. Este investimento tem vários dividendos.

nível da velocidade depende muito da largura de banda contratada pelo cliente. Se algum provedor de telefonia móvel, por exemplo, se dirige à Inframat e solicita uma largura de banda de dois megas, a velocidade do sinal de internet, neste caso, só será mais rápida se forem poucas pessoas a navegar. Nestes casos, se o provedor pretender ter um sinal

PERFIL

Diogo Carvalho é engenheiro electrónico de telecomunicações, formado em Cuba. É docente universitário, tendo já leccionado em Universidades como a Óscar Ribas, Independente e ISPra. Leccionou, entre outras disciplinas, sobretudo a cadeira de arquitectura de computadores nas instituições de ensino superior por onde passou. Na cena profissional já desempenhou funções como a de gestor do 'Projecto Eleições', assegurado pela Angola Telecom, em 2008. É director executivo na empresa Inframat há sensivelmente três anos, tendo antes desempenhado, na mesma empresa, as funções de director de operações.

mais forte, terá de contratar mais largura de banda. Portanto, o Angosat vem trazer qualidade, mais disponibilidade de dados, internet e outros serviços. Agora, mais velocidade tem de ser associada a outras coisas. Uma das coisas que é importante referir é que os satélites vêm diminuir as assimetrias.

A infoexclusão são aquelas pessoas que estão no país mas não têm acesso às tecnologias de informação. Com os satélites, com uma cobertura global do país, vamos conseguir atingir todas essas pessoas que neste momento estão excluídas de

telecomunicação. O grande ganho está exactamente aí. Ou seja, vamos ter um satélite que tem cobertura nacional e com preços acessíveis onde todo o cidadão angolano vai poder ter acesso a internet, a dados, a televisão, através do Angosat.

As valências do Angosat são capazes de concorrer com as de satélites de outros países africanos, como a África do Sul, Nigéria e Egipto?
Nós tivemos o cuidado de avaliar tudo isso. E esses são só os satélites que os países têm, porque existem muitos mais como as que são uti-

lizadas pelas companhias que vendem o sinal de satélites. Portanto, o nosso satélite tem qualidade. Foi construído pelos melhores do mercado internacional. E depois, num mercado como o nosso, que tem muita necessidade, há espaço para todos. Temos de ser acutilantes, ir atrás dos clientes e mostrar aquilo que somos. Mas pela comparação que fizemos, dos satélites que cobrem África, nós temos qualidade suficiente.

O Angosat custou ao Governo 330 milhões de dólares, segundo dados oficiais. O plano de negócios que está estabelecido conseguiria no prazo de vida útil do satélite, que são 15 anos, prever o retorno deste investimento?

Temos um plano de negócios que vamos seguir à risca para poder obter os dividendos deste investimento que o Estado fez. Este investimento tem vários dividendos, desde financeiros, sociais, entre outros. Mas o plano de negócio visa exactamente recuperar o investimento que o Estado fez neste projecto.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



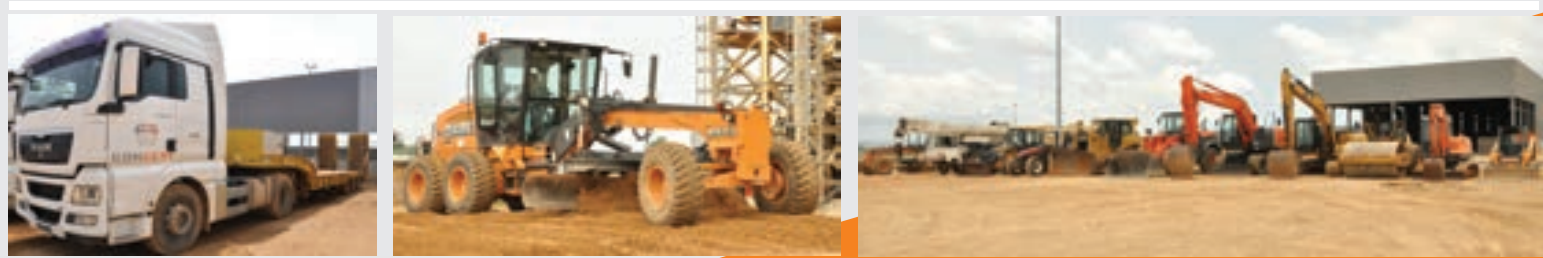
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política



Produtores querem petróleo acima dos 60 dólares.

EXPORTADORES DE PETRÓLEO ANALISAM CORTES NA PRODUÇÃO

Angola não participa na reunião de 24 Julho na Rússia

CRUDE. Produção de petróleo da Nigéria e Líbia estará a influenciar negativamente intenções da OPEP de subir preços do barril do crude. Países africanos, isentos do 'pacto do corte', foram chamados à reunião da próxima semana na Rússia, enquanto Angola não participa.

Por António Miguel

“Esta é uma reunião técnica do comité de acompanhamento das acções acordadas na declaração assinada em 2016, sobre cortes de produção, entre os países membros da OPEP e não-OPEP. Angola não é membro deste comité”, explica Miguel Né.

Na reunião da próxima semana, coordenada pelo Kuwait, o Comité de Acompanhamento Ministerial Conjunto deverá abordar o ponto de situação, bem como os níveis de cumprimento do acordo sobre o corte da produção do petróleo bruto, entre os membros da organização mais a Rússia, Nigéria e Líbia, países da OPEP, mas isentos do 'pacto da redução', foram convidados a participar no encontro de São Petersburgo.

Angola não participa na reunião da reunião da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que terá lugar a 24 de Julho, na cidade russa de São Petersburgo, segundo o director do gabinete de comunicação do Ministério dos Petróleos, Miguel Né.

Preços médios do barril de petróleo em dólar (USD) durante o primeiro semestre de 2017

Mês	Preço	taxa de variação
Janeiro	54,89	1,52%
Fevereiro	55,49	1,09%
Março	51,92	- 6,34%
Abril	53,06	2,10%
Mai	50,87	- 4,13%
Junho	46	- 7,82

MEMORIZE

● Desde o final de 2016, altura em que a OPEP decidiu cortar a produção, os preços médios mensais vêm-se fixando acima dos 50 dólares por barril. No entanto, o desejo do cartel mais a Rússia é de ver a comercialização do crude acima dos 60 dólares por barril.

Segundo especialistas, a produção isenta de cortes dos dois países africanos estará a pôr em causa as intenções da OPEP de fazer subir o preço do barril de petróleo, nos mercados internacionais, razão pela qual deverão fazer parte da reunião do comité técnico do cartel. Aventa-se ainda a possibilidade de o painel de monitoramento sugerir a im-

300

Milhões de barris nos stocks de países da OCDE embarçam planos da OPEP.

50

Dólares, preço médio do barril fixou-se acima deste valor, durante o primeiro semestre.

sição de limites na produção destes dois países-membros.

O especialista angolano em petróleo José Oliveira entende que a influência 'negativa' dos isentos ao corte depende do volume de produção que venham a atingir. “Se a Nigéria passar o nível de 1,6 milhões de barris/dia e a Líbia o de 1,2 milhões de barris/dia, então, sim, dificultam a recuperação de preços”, afirmou o académico, acrescentando que, “se esta situação vier a verificar-se, o processo de equilíbrio do mercado petrolífero mundial vai atrasar-se e poderá não acontecer como previsto no fim do segundo trimestre do próximo ano, ou seja a meio de 2018”.

José Oliveira, que também é investigador do Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, afirmou ainda que o que igualmente dificulta a subida dos preços do barril “são os elevados excedentes de quase 300 milhões de barris nos stocks dos países desenvolvidos integrados na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), razão pela qual a OPEP teve de optar pelo corte da produção para desincharcar o mercado”.

Angola faz parte do 'pacto de redução', por isso a sua produção de petróleo bruto deve fixar-se nos 1.673.000 barris por dia, até Março de 2018, mantendo-se o corte da produção nos 78.000 barris/dia. A concertação de 2016 do cartel foi de reduzir a produção de petróleo bruto de 33,7 milhões para 32,5 milhões de barris por dia. A próxima reunião do Comité de Acompanhamento Ministerial Conjunto da OPEP deverá ocorrer a 30 de Novembro.



O NÍVEL DE PREÇOS, em Luanda, subiu 1,52%, em Junho, quando, no mês anterior, a subida foi de 1,60%. Em Abril a subida foi de 1,80% e em Março de 1,91%, indica o relatório mensal do INE, referente a Junho.



A AGT está a reavaliar as 547 empresas que pertencem ao grupo de Grandes Contribuintes, para efeitos fiscais, para manter ou baixá-las de categoria, caso não reúnam os requisitos, anunciou a entidade em comunicado.

POR DETERMINAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Meios da barragem de Laúca transferidos para Caculo Cabaça

INFRA-ESTRUTURAS. Medida resulta do facto de o projecto de Laúca estar a caminhar para a fase final e da necessidade de aproveitamento dos meios já utilizados.

Por César Silveira

Os meios técnicos e humanos utilizados para a construção do Projecto de Laúca serão alocados para os Projectos de construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça e do Zenzo, conforme Despacho Presidencial n.º 179/17, publicado em Diário da República n.º 114.

A decisão é justificada pela necessidade de um “aproveitamento pleno desses meios e recursos em novas obras de grande porte”, perante o aproximar da fase final da construção da barragem de Laúca.

O documento refere ainda que as instalações de apoio, construídas no âmbito do referido projecto, “devem ser utilizadas para o projecto de Caculo Cabaça”. E ainda que “deve ser garantido que, nos novos projectos hidroeléctricos, a serem construídos, a proporção de contratação de mão-de-obra seja de, pelo menos, um técnico estrangeiro para noventa e cinco técnicos nacionais”.

Neste sentido, salienta a neces-

sidade de uma “transferência gradual da força de trabalho contratada disponível no Projecto de Laúca para os futuros Projectos Hidroeléctricos, em função da evolução do cronograma dos mesmos”.

A medida pode ser entendida como resultante da necessidade de uma gestão rigorosa dos meios do Estado devido à actual conjuntura económica do país (medida igual foi tomada, por exemplo, em relação aos meios rolantes utilizados no Censo Populacional e que, depois, serviram ao Registo Eleitoral).

O Decreto não faz referência, entretanto, a uma possível revisão do orçamento previsto para as referidas empreitadas como resultado da utilização dos meios existentes, salientando apenas que o Governo será ressarcido pela Odebrecht.

À luz do decreto, a construtora brasileira “como construtora do aproveitamento hidroeléctrico de Laúca” será a gestora da mão-de-obra dos serviços de acomodação e restauração, bem como da manutenção dos meios técnicos que constituem património do Estado. “O Governo deve ser ressarcido pela Empresa Odebrecht dos custos de amortização dos equipamentos e instalações da sua propriedade, a estipular em contrato a celebrar”, lê-se no documento que indica o Ministério da Energia e Águas para fazer o acompanhamento do referido processo.



A infra-estrutura está projectada para ser a maior hidroeléctrica de África, com 2.171 megawatts de potência.

Mário Mujetes © AE

7

Turbinas devem garantir a produção de 2.070 megawatts.

OS PROJECTOS

As obras do Projecto Hidroeléctrico de Laúca iniciaram em Julho de 2012 com término previsto para Setembro do ano em curso. Para este mês, está previsto o início do funcionamento pleno para a produção comercial de energia. Sete turbinas devem garantir a produção de 2.070 megawatts.

A beneficiar de um financiamento chinês, a construção do projecto hidroeléctrico de Caculo

Cabaça, localizado na província do Kwanza-Norte, está orçada em cerca de 4,5 mil milhões de dólares e o início das obras está previsto para este mês. A infra-estrutura está projectada para ser a maior central hidroeléctrica do continente africano, com uma potência de 2.171 megawatts.

O período de duração das obras é de 80 meses e estarão a cargo do consórcio constituído pelos grupos chineses China Gezhouba Group Corporation (CGGC) e Niara Holding. Após a conclusão das obras, a CGGC também se responsabilizará, durante quatro anos, pelo funcionamento e manutenção do projecto, bem como pela formação de profissionais para a gestão a posterior. Por sua vez, o projecto Zenzo 1 e 2 têm uma capacidade prevista de 450 e 120 megawatts.

No pico, o Caculo Cabaça proporcionará oito mil postos de trabalho no local e, após a sua conclusão, vai fornecer energia eléctrica para os consumos industrial, agrícola e social a algumas províncias do Sul de Angola. Depois de a central hidroeléctrica ser concluída, o CGGC também se responsabilizará pelo seu funcionamento e manutenção, durante quatro anos, além de formar um grupo de profissionais de gestão operacional e técnicos.

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça é um dos maiores projectos construídos por empresas chinesas no estrangeiro, possuindo grande importância histórica e influência internacional. Em Junho de 2015, o Governo anunciou a adjudicação da empreitada do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça ao CGGC, significando “a grande afirmação para a força global do CGGC e também para a nossa posição da indústria em Angola, e, ao mesmo tempo, deunos grandes missões e responsabilidades”, conforme declarou na altura a empresa.

Economia/Política



Belarmino Van-Dúnem
(à esquerda), PCA da APIEX

Santos Samuenseca © AE

UMA INICIATIVA DA APIEX

País ganha primeira sala de negócios este mês

PROMOÇÃO AO INVESTIMENTO. PCA da APIEX explica que novo espaço é uma ferramenta para facilitar encontros fora dos hotéis, visando a melhoria do ambiente comercial.

Por José Zangui

A Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações de Angola (APIEX) vai disponibilizar, a partir do dia 20 deste mês, uma sala de negócios, instalada no seu edifício, em Luanda.

O espaço, a ser inaugurado pelo ministro do Comércio, Fiel Constantino, vai “reforçar a promoção das exportações, melhorar o ambiente comercial em Angola e facilitar os encontros entre os investidores”, segundo o presidente do conselho de administração (PCA) da APIEX.

Belarmino Van-Dúnem explicou que a sala estará aberta todos os dias e vai permitir também uma “melhor acomodação” aos homens de negócio. “É mais uma ferramenta para facilitar os encontros fora dos hotéis que, muitas vezes, são caros”, realçou.

Para a marcação das reservas, os empresários terão de pagar um valor que Van-Dúnem considera “simbólico” e que servirá para a gestão do espaço que terá todas as condições, como um café e serviço de impressão de documentos.

Van-Dúnem considera que o país já deu passos “significativos” quanto às exportações, mas alerta que precisa de produzir mais, garantindo que a APIEX tem assegurado o apoio institucional aos investidores e empresários que a procuram.

A abertura do “espaço de encontro dos homens de negócios” foi anunciada na última sexta-feira, durante o acto de assinatura de um protocolo entre a APIEX e a Associação das Indústrias de Bebidas de Angola (AIBA), que “visa impulsionar as exportações das bebidas nacionais”.

Manuel Sumbula, presidente da AIBA, assinalou que as duas partes têm trabalhado juntas na identificação do potencial do sector das bebidas exportáveis para países vizinhos.

Angola exporta actualmente bebidas para a Namíbia, África do Sul, República do Congo, Portugal

e China, mas “de forma tímida”. O objectivo do protocolo passa assim por encontrar “mecanismos mais sustentados e coordenados para reforçar as exportações”.

Belarmino Van-Dúnem, por sua vez, referiu que o Executivo definiu “pilares estratégicos” para o desenvolvimento do país, que procuram promover as iniciativas do empresariado, no sentido de internacionalizar o comércio e contribuir para o equilíbrio do sistema financeiro angolano.

Os 35 membros da AIBA empregam, de forma directa, mais de 14 mil pessoas. Entretanto, o sector das bebidas, em 2016, enfrentou “problemas sérios na aquisição de divisas, o que obrigou a redução da produção de algumas unidades”, como notou Manuel Sumbula.

O responsável considera, no entanto, que se trata de um “problema transversal” a todos os sectores e que a AIBA mantém contactos com as instituições governamentais e o Banco Nacional de Angola, para a melhoria da alocação de divisas para a indústria das bebidas.

ÁGUA E ENERGIA ENTRE OS ELEITOS França e Angola assinam protocolo de financiamento

COOPERAÇÃO. Acordo é o primeiro a formalizar retoma das relações entre Angola e a AFD, após interregno de 22 anos.

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, e o embaixador de França em Angola, Sylvain Itté, assinaram o documento que prevê o financiamento de três sectores, nomeadamente águas, energia e agricultura.

No sector das águas, as verbas servirão para reforçar o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), que precisava de mais de 500 milhões de dólares, entretanto já garantidos, por via do co-financiado tripartido, Banco Mundial, Governo angolano (que não revelaram os respectivos montantes) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que vai desembolsar, ainda este ano, 150 milhões de dólares.

Há 22 anos, Angola e a AFD interromperam as relações, com a entidade francesa a encerrar os seus escritórios em Luanda, por razões que a directora regional daquela instituição para África Austral, Martha Stein, considera “do passado”. O memorando, assinado na sexta-feira, é assim o primeiro que marca o restabelecimento das rela-

ções, facilitadas pelo antigo presidente francês, Francois Hollande, aquando da sua visita a Angola, segundo explicou Martha Stein.

O PDISA prevê beneficiar 950 mil habitantes, de nove províncias, designadamente Bié, Huíla, Huambo, Malanje, Moxico, Kwanza-Norte, Uíge, Kuando-Kubango e Zaire.

O projecto governamental prevê a reabilitação e expansão das infra-estruturas do sistema de abastecimento de água, além da construção de mais redes de distribuição e de ligações domiciliárias nas zonas periurbanas.

A AFD afirma estar “empenhada” também em apoiar Angola no desenvolvimento dos projectos de energia e agricultura, com Martha Stein a garantir também financiamento para ambos os sectores. O destaque vai para a reabilitação e modernização da barragem do Biopo, na província de Benguela. Nestes dois sectores, os valores ainda não foram anunciados, estando as equipas técnicas da AFD e do Governo a trabalhar no assunto.

Os financiamentos concedidos pela AFD têm um prazo de reembolso de 20 anos, com sete de carência.



Mário Nijétes © AE

QUEM VOTA DECIDE.



Angola chama por ti e por todos aqueles que têm idade para votar para que, de forma livre, secreta e pessoal, possam escolher o Presidente da República, o Vice-Presidente e os Deputados da Assembleia Nacional.

Vamos todos, sem excepção, escolher um novo futuro para Angola.

De uma só vez e num único boletim, **ESCOLHE O FUTURO DE ANGOLA!**

ELEIÇÕES GERAIS 2017
VOTA PELA PAZ E PELA DEMOCRACIA

SAI À RUA
23
AGOSTO
VAI VOTAR



Comissão Nacional
Eleitoral · ANGOLA

Opinião

Uma Comissão Presidencial sobre o Ambiente de Negócios



FLÁVIO G. I. INOCÊNCIO,
Phd

No Relatório do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios de 2017 (Doing Business Report 2017)

Angola foi classificada na posição n.º 182 de uma lista composta por 190 países. O relatório vem confirmar mais uma vez os problemas relacionados com o mau ambiente de negócios no país, o que não é uma notícia positiva para Angola, numa altura em que o mantra para a resolução dos problemas Angolanos é a diversificação da economia.

É importante também reconhecer que Angola está a competir por investimentos com outros países a nível global e, se o nosso ambiente de negócios estiver entre os piores do mundo, será difícil atrair os investimentos necessários para a diversificação económica, que, a nosso ver, tem de ser precedida de um processo acelerado de liberalização económica. Não haverá diversificação da economia, sem um processo de liberalização económica e, por isso, a melhoria do ambiente de negócios é fundamental para a criação de condições propícias ao investimento no sector produtivo da economia. É esse o significado de liberalização económica.

Alguns analistas já vieram defender que a posição de Angola em indicadores internacionais não reflecte a realidade. A defesa dessa afirmação, além de incorrecta, revela a atitude do aluno que, descontente com a nota do professor, resolve dar a si mesmo uma nota de 20. Não é o aluno que se deve avaliar a si mesmo, principalmente quando ainda não atingiu nenhum dos objectivos da aprendizagem e numa comparação com outros alunos não consegue terminar o teste e acaba por reprovar na escola.

Podemos comparar a classificação de Angola, no Relatório do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios, com outros indicadores inter-

nacionais relevantes que confirmam o péssimo ambiente de negócios no País. A falta de liberdades económicas e os problemas institucionais sérios tornam Angola um país difícil para se fazer negócios. No Índice Mo Ibrahim de 2016 que mede a boa governação no continente Africano, Angola está classificada na posição n.º 45 dentro dos 54 países do continente e pior classificada que países como a Guiné Bissau, Nigéria e Zimbábue. O Índice da Liberdade Económica (Index of Economic Freedom) de 2017, da Heritage Foundation, classifica Angola como uma economia reprimida na posição n.º 165 numa lista de 180 países. Poderíamos citar outros indicadores para demonstrar o que é evidente e referir que as receitas obtidas do crude esconderam essas debilidades da nossa Economia.

Pelo que foi exposto anteriormente, a nossa proposta é que Angola deve criar, depois das eleições, uma Comissão Presidencial com peritos reconhecidos nacionais e estrangeiros com décadas de experiência e multidisciplinar que vise a melhoria substancial do nosso ambiente de negócios, durante a próxima legislatura (num período de cinco anos).

Esta comissão não deve ter carácter político e nem deve ser apenas uma comissão interministerial como muitas outras, mas deve ser uma comissão técnica que deve estabelecer e seguir métricas claras e deve propor e implementar medidas para a melhoria do ambiente de negócios. A comissão não se deve limitar a fazer recomendações para a melhoria do nosso ambiente de negócios, mas deve ter autoridade para impor medidas à administração directa e indirecta do Estado que visem a melhoria do ambiente de negócios. O trabalho da comissão deve ser quantificado e monitorado anualmente e cada proposta deve ser avaliada em função dos resultados comprovados pela subida de Angola nos vários indica-

dores internacionais.

Em África, o Ruanda é um caso exemplar, um país sem recursos minerais significativos e com um ambiente de negócios péssimo alcançou resultados impressionantes. Em 2008, o Ruanda estava classificado na posição n.º 150 no Rde 2008 sobre ambiente de negócios do Banco Mundial e nessa altura Angola estava classificada na posição n.º 167 numa lista de 180 países. Desde essa altura, o Ruanda melhorou significativamente no indicador do Banco Mundial e noutros indicadores relevantes, ao passo que Angola se manteve entre os piores do mundo. A melhoria do ambiente de negócios deveu-se fundamentalmente à liderança do presidente Paul Kagame que, por iniciativa pessoal, liderou o processo de liberalização económica e de eliminação de entraves ao ambiente de negócios nesse país, estando agora classificado na posição n.º 56 de uma lista de 190 países no Relatório de 2017 sobre ambiente de negócios do Banco Mundial, sendo o melhor classificado em África, a seguir às Ilhas Maurícias.

Com a queda dos preços do petróleo e reconhecendo o mau ambiente de negócios da Nigéria (posição n.º 169 no Relatório de 2017 do Banco Mundial) e a sua dependência das exportações de petróleo, a nova administração nigeriana estabeleceu, no início de 2017, um Conselho Presidencial para a Facilitação do Ambiente de Negócios (Presidential Enabling Business Environment Council), com a finalidade de melhorar o ambiente de negócios do país em três áreas fundamentais: entrada e saída de bens do país (importação e exportação), entrada e saída de pessoas (atribuição de vistos), transparência e eficiência na administração pública e sector empresarial do Estado.

No caso de Angola, um dos grandes entraves à reformas é o facto de muitos analistas e decisores não aceitarem o facto de que temos um

dos piores ambientes de negócios do mundo. Utilizam o mantra nacionalista para justificar o injustificável e isso impede qualquer possibilidade de mudança ou melhoria, já que não há nada para melhorar, tomando a posição do aluno que faz a sua própria avaliação. Outro problema que frequentemente encontramos em Angola é o facto de confundir-se reformas económicas com a aprovação de leis e meras mudanças na legislação. Esse excessivo formalismo é típico da tradição latina do Direito e do Estado e é um dos maiores impedimentos para o nosso desenvolvimento, porque muitas das barreiras económicas são informais.

Por vezes, podemos aprender com a Psicologia para entender as dificuldades na superação do sofrimento. O modelo Kubler-Ross identifica as cinco fases do sofrimento: 1) Negação, 2) Raiva, 3) Negociação, 4) Depressão, 5) Aceitação.

Desde meados de 2014, altura em que o preço do crude começou a cair acentuadamente que não conseguimos sair da primeira fase do sofrimento, a fase de negação. Talvez o problema não seja apenas dos decisores, mas sim do facto de termos entrado numa letargia profunda a nível nacional em toda a sociedade que adveio do dinheiro fácil, obtido das exportações de crude. É altura, portanto, de despertar dessa apatia ou corremos o risco de prolongar o sofrimento do paciente e condená-lo à morte.

Por isso, a nossa proposta singela para os candidatos a esta eleição é a criação de uma Comissão Presidencial com a missão de melhorar o nosso ambiente de negócios e as liberdades económicas na próxima legislatura. Esse seria o melhor presente para a nossa economia que ainda está totalmente dependente das exportações do crude para a obtenção de divisas.

Professor das Universidades de Coventry e Agostinho Neto

A falta de liberdades económicas e os problemas institucionais sérios tornam Angola um país difícil para se fazer negócios. No Índice Mo Ibrahim de 2016 que mede a boa governação no continente Africano, Angola está classificada na posição n.º 45 dentro dos 54 países do continente e pior classificada que países como a Guiné Bissau, Nigéria e Zimbábue.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Mercado & Finanças

OBJECTIVO DA ADMINISTRAÇÃO DE RICARDO D'ABREU

BPC entra em “funcionamento normal” até Dezembro de 2017



Ricardo d'Abreu,
PCA do BPC

Mário Mijetes © AE

231

Mil milhões Kz valor da dívida pública em 2016.

118

Por cento, rácio de transformação do BPC.

500

Mil milhões Kz, valor em que está calculado o crédito malparado do BPC

estatal criada para comprar o mau crédito dos bancos, públicos e privados. As negociações com o BPC já iniciaram, depois da emissão da dívida pública no valor de 231 mil milhões de kwanzas, em Dezembro de 2016, a favor da Recredit.

O restante do malparado caberá ao BPC os esforços para recuperá-lo, mas Ricardo d'Abreu já se antecipou que “a recuperação do crédito não depende, muitas vezes, nem da vontade e empenho do próprio agente económico, nem da vontade e esforço do banco na perseguição desse objectivo”.

Está “depende também, muitas vezes, do processo da retoma económica. A economia tem de voltar a crescer para que as empresas também possam voltar a crescer e para que se consiga recuperar”, defendeu, ao mesmo tempo que observou que o banco também terá dificuldades em recuperar dinheiro nos casos em que houve “maus julgamentos, mau enquadramento do crédito no tempo e no espaço” e noutros em que “as opções de investimentos possam ter sido mal avaliadas” no momento. “Os mesmos criam-nos dificuldades. Teremos dificuldades na recuperação”, antevê Abreu que, ainda assim, se mostrou “optimista”, declarando, sem precisar, que “há carteira de crédito para recuperar”. O banco possui um rácio de transformação de 118%, número considerado “grande”, pelo que deve ser baixado para os 70%, num horizonte temporal não especificado. Em relação à concessão de novos créditos, a administração afirmou que estão a “aprimorar” responsabilidades, dando a entender que se instalem mais mecanismos de ‘checks and balances’, em termos de autorizações e volumes.

Como objectivo de longo prazo, o banco sonha atingir o estágio de um kwanza emprestado, um kwanza devolvido.

REESTRUTURAÇÃO. Entre queixas mais comuns dos clientes do BPC destacam-se enchentes e alegados casos de corrupção envolvendo funcionários que exigem 10% de ‘comissão’ para ‘agilização’ de empréstimos.

Por Cândido Mendes

O conselho de administração do Banco de Poupança e Crédito (BPC) promete voltar a colocar a instituição em “funcionamento normal” até Dezembro deste ano.

Falando a jornalistas no marco dos 100 dias desde que tomou posse, Ricardo Viegas d'Abreu, presidente do BPC, declarou que tem solicitado “empenho” aos colaboradores e quadros seniores, referindo que o banco

“não pode deixar de dar respostas às solicitações dos clientes”.

Caracterizando o estado da instituição como “desafiante”, Abreu confessou que o banco está “a andar muito lentamente, para não dizer parado”.

Entre as queixas dos clientes contra o BPC, o maior banco do mercado em termos de infra-estruturas e em crédito, destacam-se as enchentes nos balcões, especialmente no princípio e no fim dos meses; a rejeição dos cartões multicaixa, além de actos de corrupção envolvendo funcionários que, geralmente, exigem 10% de ‘comissão’, em troca de ‘agilização’ de empréstimos.

Sobre a polémica lista divulgada nas redes sociais de clientes do banco em alegado incumprimento de cen-

tenas de milhões de dólares, Abreu negou que os montantes correspondam às dívidas ao banco e reafirmou a “ilegalidade” da divulgação da informação.

MALPARADO REPRESENTA 80% DO MERCADO

O crédito malparado do BPC está calculado em cerca de 500 mil milhões de kwanzas, o que corresponde a aproximadamente 80% do total do malparado dos 29 bancos a operar no mercado que, segundo o governador do BNA, Valter Filipe, está na ordem dos 631 mil milhões de kwanzas.

A administração do banco anunciou, no entanto, que parte da ‘salvação’ do BPC virá do Recredit, agência

MEMORIZE

● **Entre as queixas** dos clientes contra o BPC, o maior banco do mercado em termos de infra-estruturas e em crédito, destacam-se as enchentes nos balcões, especialmente no princípio e no fim dos meses; a rejeição dos cartões multicaixa, além de actos de corrupção.

O INVESTIMENTO DA SONANGOL no banco português Millennium BCP, em que detém uma posição de 14,87% do capital social, “é estratégico”, mas já representa uma perda potencial de 365,7 milhões de euros, refere a petrolífera.



A PRODUÇÃO BRUTA da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou em 500 mil barris de petróleo/dia e chegou a 32,49 milhões em Maio, de acordo com a última pesquisa da S&P Global Platts.



BNA quer contacto em tempo real entre clientes e contas bancárias.



Mário Mujites ©VE

11,8

Milhões, total de movimentos realizados em multicaixas em Dezembro de 2016.

170

Mil milhões kz, valor movimentado nos multicaixas só em Dezembro do ano passado.

DEVIDO AO CRESCENTE VOLUME DE TRANSACÇÕES E SERVIÇOS

Bancos e Emis obrigados a manter multicaixas ‘de pé’ por 24 horas

REGULAÇÃO. Clientes dos bancos comerciais vão passar a ter contactos directos com as respectivas contas todos os dias da semana por 24 horas, de forma ininterrupta, por via dos cartões multicaixa e do internet banking. Decisão é justificada com o crescimento do volume de transacções e serviços. BNA ameaça castigar quem andar em sentido contrário.

Por Nelson Rodrigues

A Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) e os bancos comerciais aderentes ao segmento multicaixa passam a estar obrigados, nos próximos seis meses, a disponibilizar serviços multicaixa e o Internet Banking por 24 horas e sete dias por semana, num modelo “substancialmente melhor” do que aquele que é actualmente oferecido, de acordo com o aviso nº 6/17 de 10 de Julho, do Banco Nacional de Angola (BNA).

A medida, publicada em Diário da República de 10 de Julho,

é justificada com a necessidade de salvaguardar as operações dos clientes bancários, assim como com o crescente volume de serviços e transacções associados a este meio de pagamento.

Ou seja, o regulador não quer, ao fim de 180 dias – tempo previsto para a entrada em vigor do aviso – registos de falhas nos sistemas ou quebra de sinal nas operações desta natureza, por entender ser “crescente” o número de transacção efectuada por esta via.

“Havendo necessidade de garantir que os emissores de cartões disponibilizem um nível de serviço substancialmente melhor do que aquele que é hoje proporcionado, no acesso em tempo real por parte dos seus clientes às contas bancárias associadas aos cartões (...), determino que os participantes do subsistema multicaixa devem assegurar a ligação em

MEMORIZE

- O aviso do BNA define por ‘horário diurno’ o período compreendido entre as sete horas da manhã e as 19 horas, e por ‘horário nocturno’ o tempo que vai das 19 horas às sete horas.

tempo real entre os seus subsistemas de informação e o subsistema central de processamento do operador do subsistema multicaixa, no sentido de assegurar a alta disponibilidade dos seus serviços de emissão de ‘Cartão Multicaixa’ e o ‘Internet Banking’”, impõe o governador do BNA, Valter Filipe, no preâmbulo do aviso e no seu artigo número 3.

Só em Dezembro do ano passado, as operações com levantamento de notas nos multicaixas

ultrapassaram uma cifra de 170 mil milhões de kwanzas, num total de 11,8 milhões de movimentos, de acordo com o balanço da Emis a que o VALOR teve acesso.

Os multicaixas disponibilizam, segundo a sua folha de serviço na página de internet, 16 tipos de operações bancárias, entre as quais consultas de saldos, consulta de movimento, levantamento de notas, alteração de PIN, pedido de livro de cheque, captura de cartões, recargas e pagamento de facturas.

Integram ainda a lista de operações realizadas nos multicaixas a consulta de IBAN, transferências, segunda via do talão, carregamento de telefone, pagamento e outros serviços, pagamento por sector e activação electrónica de facturas.

Assim, com a lista de serviços e o volume de transacções realizado, o BNA orienta que a ligação

entre os utilizadores dos cartões multicaixa e suas contas bancárias seja “em tempo real”, num período de 24 horas e sete dias na semana.

FALHAS NÃO DURAM SETE HORAS

No caso de haver interrupção na ligação entre os clientes e suas contas bancárias, por via do cartão multicaixa, o normativo assinado por Valter Filipe abre excepção e obriga a que a reposição do ‘sinal’, no caso do horário diurno, não deva exceder uma hora, e sete horas, no horário nocturno.

O aviso do BNA define por ‘horário diurno’ o período compreendido entre as sete horas da manhã e as 19 horas, e por ‘horário nocturno’ o tempo que vai das 19 horas às sete horas.

Para adequar a medida do banco central aos subsistemas dos bancos e da Emis, o aviso adverte que “os participantes do subsistema multicaixa devem desenvolver e adaptar os seus subsistemas ao disposto no presente aviso, no prazo de 18 meses, a contar da data da sua entrada em vigor”.

“Com vista a assegurar o cumprimento do presente aviso, os participantes deverão apresentar ao BNA as evidências de que irão desenvolver os seus subsistemas informáticos centrais para atingir estas metas”, determina o regulador, que ameaça agir com mão pesada para as instituições que, dentro do tempo estabelecido, não cumpram com o estabelecido no aviso.

Empresas & Negócios

TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO MANTÉM-SE DESDE 2015

Quilates de diamantes especiais crescem 76% na mina do Lulo

SECTOR DIAMANTÍFERO. Lucapa Diamond Company regista, em termos de quantidade, crescimento de quase 100%. Diamante mais caro do país provoca, entretanto, recuo nas receitas.

Por César Silveira

O número de diamantes especiais recuperados, na Sociedade Mineira do Lulo, aumentou cerca 97% para 57 unidades, enquanto o peso cresceu 76% para 1.199 caracteres, no segundo trimestre de 2017, revela um comunicado da Lucapa Diamond Company (operadora e detentora de 40% da sociedade), a que o VALOR teve acesso.

Os resultados, que reforçam as possibilidades de se estar perante a maior mina do país e uma das maiores do mundo, em termos de valores, mantêm a tendência crescente de quilates resultantes de diamantes especiais, depois dos 96 quilates recuperados no segundo trimestre de 2015 e dos 683 no mesmo período de 2016.

No que diz respeito ao semestre, o volume dos diamantes especiais cresceu cerca de 18% para 2.328 quilates, face aos 1.967 quilates produzidos no mesmo período de 2016.

Comparativamente ao volume global, o dos diamantes especiais representou cerca de 29%, face à produção do segundo trimestre (4.203 quilates) e cerca de 28%, face à produção do primeiro semestre (8.301 quilates).

Entre os destaques do primeiro semestre consta a produção do segundo maior diamante produzido no país, no caso, com 227 quilates que superou o de 172,67 quilates, descoberto em Setembro de 2016. O diamante mais valioso do país tem 404 quilates e foi encontrado em Fevereiro de

2016 na mesma mina. Está entre as trinta maiores descobertas do mundo e foi comercializada por 16 milhões de dólares.

Os sinais de se estar perante uma mina valiosa começaram a ser dados ainda em fase de prospecção. No primeiro semestre de 2014, por exemplo, 50% dos diamantes descobertos até então tinham sido classificados como de qualidade rara. “Dos 12 diamantes do kimberlito recuperados até à data, seis foram confirmados como pedras de Tipo 2A. Os diamantes tipo 2A estão entre os mais raros do mundo, representando menos de 1% da produção do diamante global”, lê-se no relatório apresentado, na altura, pela Lucapa Diamond Company.

58%

Proporção do aumento nominal das vendas da empresa no segundo trimestre

16

Milhões USD, valor a que foi comercializado o maior diamante do país

Na ocasião, a empresa informava ainda que os geólogos internos acreditavam que estavam em presença de “uma fonte provável de diamantes aluviais de tipo 2A grandes e valiosos de até 131,4 quilates”.

Com o objectivo de confirmar a existência de mais pedras raras e melhorar a produção dos mesmos, a empresa realizou um estudo especializado, cujo resultado partilhará brevemente com os outros accionistas (Endiama 32% e Rosas e Pétalas 8%), segundo informa no documento. “A Lucapa espera actualizar os accionistas, em breve, sobre os resultados e a interpretação da pesquisa do Time Domain Electromagnetic (TDEM), transmitida por helicóptero sobre a área do Vale de Cacuilo em Lulo, uma vez que o trabalho está concluído”, esclarece a empresa, acrescentando que os resultados do inquérito “ajudarão o programa de perfuração do Kimberlito do Lulo, que visa localizar a principal fonte ou fontes de diamantes aluviais excepcionais que

estão a ser recuperados dentro da concessão”. A perfuração, diz a companhia, também será auxiliada pelos resultados da análise laboratorial do núcleo de kimberlito na África do Sul.

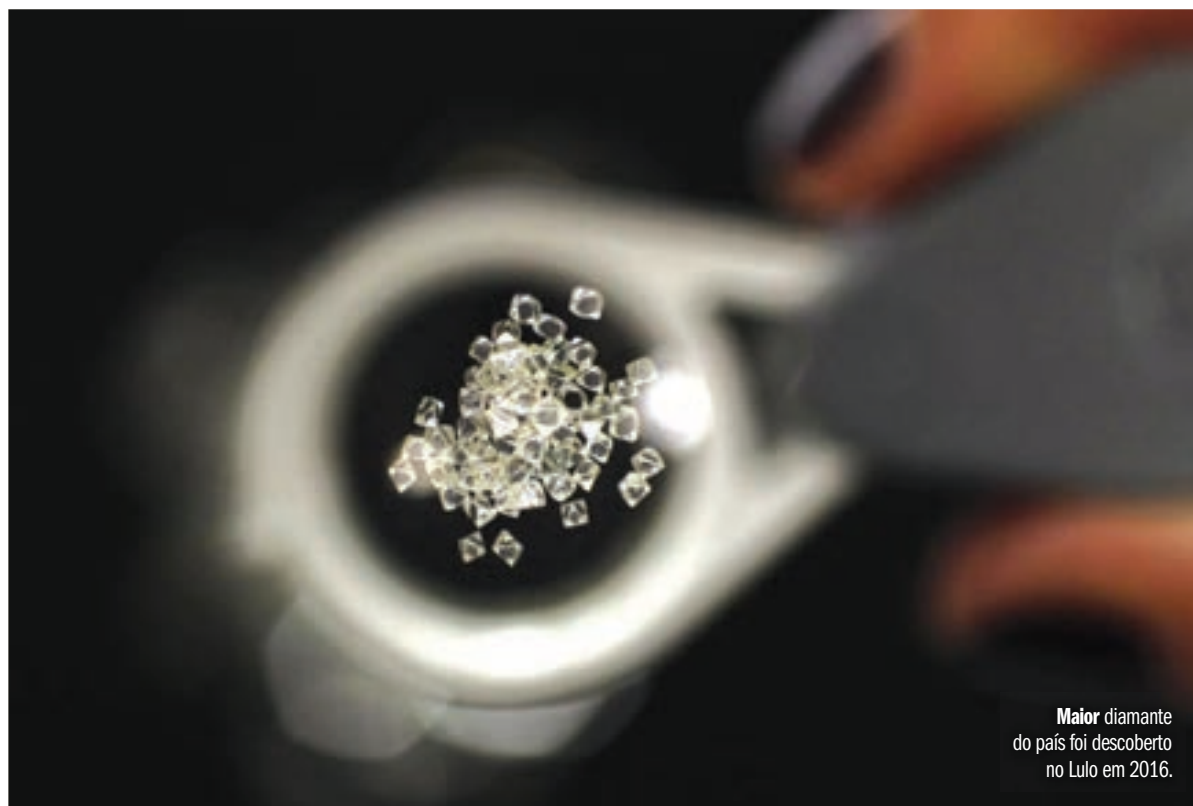
Em 2016, os diamantes produzidos na mina do Lulo foram os mais valiosos do mundo com um preço médio de 2.983 dólares por quilate, segundo comunicado divulgado no princípio deste pela Lucapa Diamond Company.

DIAMANTE RARO COMPRO-METE RECEITAS SEMESTRAIS

Quanto às vendas, a empresa registou recuo no primeiro semestre, apesar do aumento de 58% para 4,8 milhões de dólares no segundo trimestre. Ao longo dos seis meses, o valor das vendas recuou cerca de 41% comparativamente ao período homólogo. Contribuiu para a quebra o facto de os números do primeiro semestre de 2016 contarem com os cerca de 16 milhões de dólares resultantes da venda do diamante mais valioso descoberto no país.

Em relação à produção, a empresa registou crescimento de 63% para 4.203 quilates. Os volumes de mineração cresceram 55% para 57.283 metros cúbicos, o que, segundo a empresa, mantém a operação no “caminho certo” para atingir o objectivo de 240 mil metros cúbicos para o ano.

O projecto Lulo cobre uma área de 3.000 km² e está localizado na bacia do rio Cuango, na Lunda Norte. Situado a 150 quilómetros a oeste do projecto diamantífero de Catoca, conta com um importante campo de kimberlito identificado dentro da concessão e aluviais extensivos de diamantes. Depois de cerca de quatro anos de exploração e amostragem, a Lucapa Diamond Company iniciou, em finais de 2012, a exploração mais crítica. Desde esta altura foram sendo encontrados diamantes raros.



Maiores diamante do país foi descoberto no Lulo em 2016.

A EMPRESA de Transportes Colectivos e Urbanos de Luanda (TCUL) viu reforçada a sua frota de autocarros, ao receber mais 240 novos veículos de transportes de passageiros, que já entraram em circulação.



A JIANGZHOU Agriculture Lda investiu 12 milhões de dólares numa fazenda, na Chicala-Cholohanga, Huambo, para a exploração mista de produtos agrícolas e pecuários, prevendo cultivar 2.544 hectares/ano e a criação de mil cabeças de gado.



EMPRESA DE ALARGA PRODUÇÃO DE CLÍNQUER

Cimangola exporta 50 mil toneladas para os Camarões

INDÚSTRIA CIMENTEIRA. Investimento coloca empresa produzir mais de dois milhões de toneladas clínquer, além de 2,4 milhões de toneladas de cimento por ano.



EMBALAGENS

Chineses investem 67,9 milhões USD em fábrica

A empresa Guans Packing Angola vai investir mais de 67,9 milhões de dólares para implementar, na província do Namibe, uma fábrica de produção de embalagens de papel destinada a embalar o peixe e outros produtos que servem de apoio à indústria nacional.

A iniciativa decorre de um acordo de investimento privado, celebrado, na última semana, entre a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP) e o investidor do projecto em causa, o empresário chinês Guan Dianming.

A fábrica, de acordo com o contrato, deverá possuir uma capacidade de produção de um milhão de papelão/dia para fornecer ao sector industrial nacional e aos países da região austral do continente africano.

O projecto prevê criar 160 novos postos de trabalho, quando, dentro de seis meses, entrar em funcionamento, segundo estima o presidente do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira, Francisco Santo.

Já a directora-adjunta da UTIP, Cláudia Gonçalves Pedro, considera que o projecto vai contribuir para a revitalização do sector da indústria de papel e para o processo de diversificação da economia nacional.

Por Valdimiro Dias

A fábrica de cimento Cimangola deu início à exportação de 50 mil toneladas de clínquer para a República dos Camarões, anunciou o presidente do conselho de administração (PCA) da cimenteira, Sindika Dokolo.

A empresa inaugurou, na última semana, uma nova fábrica que, na primeira fase, se destina à produção de clínquer, num investimento global de 400 milhões de dólares, tendo inaugurado a unidade o ministro da Defesa, João Lourenço, em representação do chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

Sindika Dokolo declarou que o novo investimento “vem abrir portas a uma iniciativa estratégica para o grande mercado sub-regional”, antes de revelar o início das exportações para os Camarões. “Asseguramos um primeiro barco e, caso concluirmos este processo de forma satisfatória, temos a previsão de uma exportação de 50 mil toneladas de clínquer para um único cliente”, aclarou. “O que é importante demonstrar que Angola se tornou numa força industrial capaz de concorrer com as indústrias de países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, capaz de conquistar mercados da sub-região, constituindo um evento estratégico para a economia angolana”, defendeu o empresário.

A nova fábrica de produção de clínquer da Cimangola foi construída numa área de 687 hectares. Situada no município de Cacucaco, em Luanda, inclui uma área de



Sindika Dokolo, PCA da Cimangola

extracção de matérias-primas e está equipada com tecnologia de última geração, para produzir anualmente 1,6 milhões de toneladas de clínquer, tornando o país auto-suficiente.

O investimento coloca ainda a Cimangola num patamar de produção de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas de cimento por ano, fazendo do país, à seme-

lhança do clínquer, auto-suficiente na produção de cimento.

No futuro, a cimenteira projecta erguer, no mesmo espaço, uma segunda linha de produção para duplicar a capacidade de produção, segundo Dokolo, que justifica os planos com a necessidade de se desenvolver o mercado de exportação. O empresário destacou os investimentos no ‘corredor do Lobito’, nomeadamente no Porto do Lobito e nos Caminhos-de-Ferro de Benguela, este último que chega à fronteira com a República Democrática do Congo, como uma oportunidade que “abre as portas ao importante mercado da Copperbelt, que abrange parte do Katanga (na RDC), em que há grandes produtores de cobre e cobalt e a Zâmbia”. Para Dokolo, os grupos privados encontram nesses investimentos a possibilidade de “estruturar uma estratégia de 20 anos com ambição sub-regional e continental”.

O processo de construção da fábrica durou 21 meses, com o envolvimento de 700 trabalhadores, na fase de maior intensidade. O empreendimento deve criar 220 novos postos de trabalho, mais de 85% dos quais para angolanos.

Em declarações à imprensa, a ministra da Indústria, Bernarda Martins, calculou em cerca de sete milhões de toneladas a capacidade de produção anual de clínquer, contando além da nova fábrica, as já existentes FCKS, no Kwanza Sul, a CIF e a Nova Cimangola..

Criada em 1955, a Cimangola é hoje detida por uma parceria público-privada. A Cimangola UEE é a empresa pública que participa com um terço do capital, pertencendo a maioria dos dois terços a accionistas nacionais privados.

2,4

Milhões de toneladas de cimento/ano, capacidade de produção de cimento da Cimangola

Empresas & Negócios



O LONGO PERCURSO PARA A ESTABILIDADE NO AR

TAAG faz “KRF” às comissões de

AVIAÇÃO. Primeiro a equipa demite-se, depois a mesma é exonerada. Em meio a jogos administrativos, Emirates impulsionou retirada da TAAG de lista-negra europeia, dois anos após assumir gestão de operadora em crise profunda.

Por António Neto

A intenção é deixarmos de ser uma companhia de bandeiras e passarmos, de facto, a companhia de bandeira”. Com estas palavras e um leve sorriso, o piloto Rui Car-

reira finalizava, em Maio de 2009, uma entrevista à TPA em torno dos esforços da TAAG para contornar a proibição de voar a todo o espaço europeu.

Então membro de uma comissão de gestão montada para contrapor a suspensão das operações da TAAG na Europa, o conhecido piloto referia-se às mais recentes medidas que a transportadora e o Ministério dos Transportes desenvolviam para o retorno auspicioso

aos céus do velho continente.

Foi em Fevereiro de 2007 que a Comissão Europeia (CE) anunciou a entrada em vigor do bloqueio, na sequência da actualização de uma lista de companhias estrangeiras cujos procedimentos operacionais de segurança chocavam com as rígidas regras do continente.

Na altura, o comissário europeu dos transportes, Jacques Barrot, esclareceu que a inclusão da TAAG nessa lista-negra havia sido

aprovada pelo comité de segurança aérea da CE, ao que faltaria, apenas, a sua adopção formal pelo executivo comunitário.

O passo seguinte seria a publicação da medida em Jornal Oficial das Comunidades Europeias, após a qual a medida entraria em vigor no mesmo dia. Vamos recordar, também, que a votação para a inclusão da TAAG na referida lista foi unânime entre os membros do organismo europeu.

Estava decretada a sentença, sem apelo nem agravo, contra os velhos Boeings 747 tricolores da companhia de bandeira. Os europeus nunca revelaram em público os detalhes das inconformidades em que a TAAG teria sido apanhada, sabendo-se apenas que se referiam

MEMORIZE

- **A decisão** de compra de novos aviões, estimada em 600 milhões de dólares, era anterior à interdição, mas esta apressou o processo. Angola aposentou a frota de Boeings 747 e tratou de dar a devida publicidade à aquisição de vários aparelhos Boeings 777, na altura a coqueluche da fabricante norte-americana.

Em 2014, dá-se outro facto inédito na vida da TAAG. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, substituiu a comissão de gestão por um conselho de administração de cariz marcadamente estrangeiro.

A SONANGOL informou, em comunicado, divulgado na passada quarta-feira, que mantém sem quaisquer reduções significativas o fornecimento da gasolina e de gasóleo aos postos de abastecimento de todo o país.



O MINISTRO do Comércio, Fiel Constantino, inaugurou, na passada terça-feira, o novo supermercado AngoMart do grupo Noble, no município de Viana, em Luanda, elevando para seis o número de lojas desta marca nacional.



Emirates cancela assistência à TAAG devido a problemas cambiais



Biliões provocam retaliação

As dificuldades de conversão de biliões de kwanzas, resultantes da venda de passagens da Emirates em Luanda, levaram a que a companhia do Dubai abandonasse a gestão da TAAG.

Ao VALOR, fonte da companhia recusou-se a avançar o montante em causa, observando apenas que se “tratam de vários biliões em moeda local” em bancos do país que a companhia não consegue converter em dólares ou em euros, para a sua transferência. Segundo a mesma, a decisão não pode ser considerada de brusca nem o Ministério dos Transportes se deve considerar de surpreendida. “A Emirates fez vários esforços junto do BNA e do Ministérios dos Transportes”.

Na quinta-feira, 13, o Governo criticou a forma “brusca e menos flexível” como a companhia terminou o contrato. “A Emirates misturou indevidamente dois planos distintos que são a sua operação em Angola enquanto companhia de aviação e o acordo de gestão que rubricou com a TAAG”, segundo comunicado do Ministério dos Transportes.

gestão

à segurança em terra e no ar.

Nesta altura, o país vivia a melhor fase económica e financeira do pós-guerra, com a alta do petróleo a garantir uma liquidez robusta ao Estado angolano. O preço do barril de crude atingirá uns inéditos 146 dólares, facto que catapultou o país para uma exclusiva lista de nações que haviam registado o maior crescimento económico dos últimos anos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou o pico do crescimento angolano em 27%.

Vários analistas acreditaram que foi precisamente a bonança decorrente do ‘boom’ petrolífero que incutiu ao Governo angolano um certo ar ufano e arrogante. A medidas negativas tomadas por

organismos ou governos estrangeiros, Luanda respondia com advertências de retaliação, com base num alegado direito de reciprocidade previsto no Direito Internacional.

Em comunicado, o Governo angolano considerou a medida de injusta e referiu que se reservava o direito de tomar medidas semelhantes contra operadoras europeias. Por seu turno, a TAAG denunciou um “comportamento de concorrência desleal”, considerando a falta de um “veredicto”, mas apenas de uma “recomendação”.

Fruto de retaliações tomadas na altura contra Portugal, na sequência de episódios que beliscaram as relações bilaterais, a opinião pública receou que a Air France e

a TAP seriam as primeiras a sentir a fúria angolana.

Mas nada disso aconteceu. Não se sabe ao certo se iluminado por algum poder estranho ou tomado pelo bom senso, o facto é que o Governo angolano deu uma abordagem diferente ao problema. Em Novembro de 2008, anunciou a refundação da TAAG e a criação de uma comissão de gestão para a companhia.

Presidido por António Pimentel de Araújo, a comissão tinha como objectivos primários conceber uma estratégia e uma estrutura organizativa para a ‘nova’ companhia aérea de bandeira nacional. Teria, também, como missão elaborar medidas e respectivos cronogramas que levassem à retirada da transportadora da “lista-negra” da UE, assim como apresentar um programa de “transformação organizacional”.

Ao grupo pedia-se, ainda, a adopção de um “modelo dualista”, traduzido na separação do órgão de supervisão (conselho geral e de supervisão), o órgão executivo (conselho de administração), bem como a contratação de gestores nacionais ou estrangeiros para o conselho de administração; aludia à possibilidade de contratação de empresas de consultoria e à selecção de um parceiro estratégico internacional, no que seria o embrião para a assinatura do acordo de gestão com a influente e aclamada companhia árabe Emirates.

E porque o problema residia não apenas nos procedimentos, mas, também, nos aparelhos em si, a refundação passava pela renovação e reforço da frota para cobrir as operações domésticas, regionais e internacionais.

Este aspecto, em particular, não era de implementação tão fácil. Se, por um lado, o país ainda vivia os bons ventos da alta petrolífera, por outro, a crise internacional iniciada nos EUA e o custo das aeronaves impunham algum freio aos ânimos do Governo.

A decisão de compra de novas aviões, estimada em 600 milhões de dólares, era anterior à interdição, mas esta apressou o processo. Angola aposentou a frota de Boeings 747 e tratou de dar a devida publicidade à aquisição de vários aparelhos Boeings 777, na altura a coqueluche da fabricante norte-americana.

600

Milhões USD, valor da compra de novas aeronaves

8

Numero de aparelhos Boeing 777 no plano de compra

777

Novas aeronaves de eleição para contrapor a crise na TAAG

máximo de dez voos semanais para um único destino europeu, com a qual Bruxelas dizia reconhecer os esforços da TAAG para ultrapassar os problemas de que haviam resultado o bloqueio operacional.

O executivo europeu dizia ter levado em conta “os grandes esforços desenvolvidos pela autoridade angolana da aviação civil e pela transportadora aérea TAAG - Linhas Aéreas de Angola para resolver progressivamente os problemas de segurança”, pelo que a TAAG é autorizada a aumentar o número de aeronaves utilizadas nas suas operações aéreas com destino a Portugal”.

Rui Carreira, também porta-voz da comissão de gestão, disse, na altura, que a escolha da rota para Lisboa tinha sido uma opção estratégica comercial da companhia e não uma imposição da União Europeia (UE). “A União Europeia colocou-nos algumas condições, mas nós fomos soberanos na tomada de decisão e optamos por Lisboa, porque do ponto de vista comercial é a nossa melhor rota”.

Em 2014, dá-se outro facto inédito na vida da TAAG. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, substituiu a comissão de gestão por um conselho de administração de cariz marcadamente estrangeiro. O acordo com a prestigiada Emirates vinha “ajudar na construção e desenvolvimento de uma nova TAAG”, segundo um comunicado do Ministério dos Transportes, o qual aludia à indicação, pela transportadora do Dubai (Emirados Árabes Unidos), de quatro administradores executivos.

Em meio a contínuas controvérsias e apelos de cariz marcadamente ‘nacionalistas’, por se ter ‘entregue a estrangeiros’ o controlo de uma companhia estatal estratégica, há exactamente um ano, Bruxelas anunciava a retirada da companhia angolana da sua lista-negra. Sem reservas.

A TAAG “está agora livre para se candidatar a qualquer licença comercial para operar em qualquer dos Estados-membros da União Europeia e está no mesmo nível que qualquer grande companhia aérea estrangeira a voar para a Europa”, referiu a Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA, na sigla em inglês).

A Emirates celebrou o facto como um “marco significativo para a sua história”.

(In)formalizando

LIVROS DE MEDICINA ENTRE OS MAIS SOLICITADOS

Bibliotecários de rua resistem para garantir o sustento

ALFARRABISTAS. Garantem leituras de qualidade a quem queira e possa pagar. É vê-los resistir ao avanço do tempo, numa província em que até livrarias centenárias encerram por motivos diversos. De livros sobre Medicina, Sociologia, Economia, Direito, Investigação Criminal, entre outros menos formais, alfarrabistas estão ao dispor de necessidades várias.

Por Amélia Santos

Em esquinas da grande cidade ou em mercados informais, estes comerciantes proporcionam ao público a oportunidade de adquirir livros sobre temas variados, grande parte dos quais usados. São permanentes, mas é, sobretudo, no início do ano académico, entre Fevereiro e Maio, em que a sua relevância parece crescer.

Uns entraram para a actividade por paixão e necessidade, enquanto outros o fizeram apenas por falta de um emprego formal.

João Carvalho tinha 25 anos quando, com apenas dez livros, se lançou ao desafio de os vender pelas ruas da capital. Hoje, aos 55

anos, constata que o negócio cresceu e até já emprega dois ajudantes, aos quais paga entre 25% e 30% por cada obra vendida.

Quando as vendas começaram a prosperar, sentiu necessidade de legalizar o negócio. Adquiriu o cartão de comerciante ambulante e até pagava impostos, mas depois, sem saber bem a razão, veio a suspensão da licença e partiu para a venda ilegal na rua das Ilhas do Cabo-Verde, no Rangel, com um acervo de perto dos 200 livros expostos actualmente.

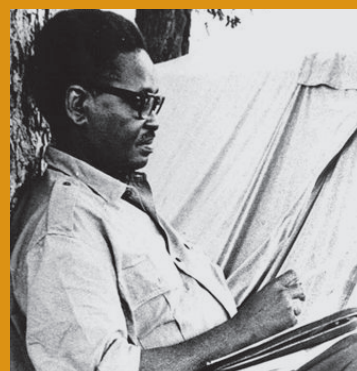
Carvalho factura perto de 100 mil kwanzas mensais, mas observa que a ocupação já rendeu mais. “As vendas e as importações diminuíram bastante devido à crise”, lamenta.

Livros sobre Medicina, Direito, Investigação Criminal, Jornalismo, Gestão e didácticos são os mais solicitados.

As três décadas de ofício ensi-

MEMORIZE

● **Agostinho Neto, Pepetela e Manuel Rui Monteir** são a ‘prata de casa’, enquanto Luís de Camões, Herman Wallace, Henry Gordon Gale, Fernando Pessoa, Eça de Queiroz recolhem as preferências de quem preza a leitura de autores estrangeiros.



naram a João Carvalho a necessidade de flexibilizar no contacto com clientes, especialmente os mais fiéis. Por exemplo, estes podem adquirir obras na sua bancada mediante pagamentos parcelados.

As encomendas são relativas, tanto para escritores nacionais como internacionais. Agostinho Neto, Pepetela e Manuel Rui Monteir, são a ‘prata de casa’, enquanto Luís de Camões, Herman Wallace, Henry Gordon Gale, Fernando Pessoa, Eça de Queiroz recolhem as preferências de quem preza a leitura de autores estrangeiros.

Carvalho não tem qualquer formação na área, mas esclarece que domina bibliografias como poucos. O seu projecto é abrir uma livraria própria, mas a falta de apoios não o permitem.

Um dos livros mais caros que já vendeu foi “Vida Prática, Segredos e Curiosidades”, de M Tavares Adam: 130 mil kwanzas, isso em 2014.

De resto, os valores dos demais cifram-se entre dois mil e 25 mil kwanzas, mas também há os mais caros ou mais baratos. Depende de quem os escreve.

Um dos maiores riscos da profissão: são os roubos. Pois é. O interlocutor do VALOR lamenta que receba na sua bancada quem apenas venha para observar para, depois, surripiar.

Carlos Makumbe, 35 anos, é outro alfarrabista que ‘despacha’ livros na Mutamba. Está no negócio há apenas dois meses, mas não é de todo novato no negócio. Antes trabalhou na Lello, emblemática livraria e ponto de cultura que se situava na Rua da Missão, na baixa da capital, cujo encerramento, este ano, chocou importantes sectores da sociedade.

A livraria Lello resistiu a várias crises e ao avanço do tempo, mas a morte, há alguns anos, do seu proprietário, o poeta Ricardo Manuel, e o assédio expansionista do que



João Carvalho, alfarrabista há 30 anos.



Em esquinas da grande cidade ou em mercados informais, estes comerciantes proporcionam ao público a oportunidade de adquirir livros sobre temas variados, grande parte dos quais usados.

Rua de Cabo Verde, no Rangel, um dos maiores pontos de venda de livros ao ar livre em Luanda.

Mário Mujites ©VE



45

mil kwanzas, valor investido para abrir o negócio de venda de livros, por Carlos Mukumbe.

chamam de 'modernismo arquitectónico' ou 'ditadura do betão', ensombraram a sobrevivência de um ícone no panorama cultural e intelectual de Luanda.

Pois bem. Makumbe fez-se ao

negócio, como diz, "para pagar a faculdade e sustentar a família". Para tal, bastou um capital inicial de 45 mil kwanzas. "Foi um bom investimento", garante. E já que se trata de vendas de rua, "basta que se esteja em pontos estratégicos e se conheçam os melhores escritores".

Em média, factura 30 mil kwanzas mensais. Mas é como tudo: existem aqueles dias em que o mundo parece ter desistido da leitura e o balanço financeiro se revela desolador, como também desfruta de momentos em que acredita ter sido bafejado pela sorte.

Aos 36 anos, Sérgio Rodrigues vende livros há 11. Começou por aplicar 20 mil kwanzas em revistas

cor-de-rosas, aquelas publicações cheias de gente bem-parecidas e sorridentes em momentos de festas e outros convívios sociais. Sucederam-se encomendas para escritos sobre Medicina, Direito, Sociologia e Economia... Era o negócio a prosperar e a vida a tornar-se menos difícil, pois permitia suportar as necessidades básicas em casa, propinas dos filhos incluídas.

Para este negociante de rua, tal como Carlos Makumbe, a matéria-prima do seu trabalho provém, sobretudo, de livrarias, de cerimónias de lançamentos de livros e, em menor escala, de importações. Os maiores clientes são estudantes e trabalhadores, principalmente de Direito.



TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



DE JURE

PENAS SÃO APLICADAS POR TRIBUNAIS

Fraude fiscal lidera ilícitos ao Código Tributário

INFRACÇÕES ADUANEIRAS. Contrabando qualificado e privilegiado e de mercadorias não declaradas ou não manifestadas, bem como oposição à verificação ou a exame de produtos constituem outros dos ilícitos ao Código Geral Tributário.

Por António Nogueira

A fraude fiscal e o transporte de mercadorias em regime suspensivo constituem, entre outras, as principais infracções tributárias do Código Geral Tributário angolano, informou recentemente, na cidade do Huambo, o director da 4.ª Região da Administração Geral Tributária (AGT), Osvaldo de Lemos Macaia.

O responsável, que falava à margem de um fórum de auscultação sobre o Projecto da Pauta Aduaneira versão 2017, subordinado ao tema “o sistema tributário angolano - caracterização e impacto económico”, explicou que os crimes tributários correspondem a factos típicos, ilícitos e culposos praticados por acção ou omissão no âmbito de relações tributárias.

Entre os ilícitos, Osvaldo de Lemos Macaia apontou o contrabando qualificado e privilegiado, contrabando de mercadorias não declaradas ou não manifestadas, oposição à verificação ou a exame,

contrafacção, uso e quebra de marca de selos, receptação de mercadorias, objectos de infracção fiscal aduaneira, auxílio material, associação criminosas e instigação à prática de crime fiscal aduaneiro.

As penas por crimes tributários, segundo ainda o responsável, são aplicadas pelo tribunal, no âmbito do processo penal, tendo por base a denúncia e a participação ao auto de notícia, devendo o chefe da repartição fiscal ou serviço local comunicar ao Ministério Público.

Neste sentido, lembrou que o sistema tributário angolano comporta 10 impostos princi-



Sistema tributário nacional comporta 10 impostos principais.

pais, designadamente o imposto industrial, sobre rendimento de trabalho, sobre aplicação de capitais, predial urbano (rendas), de consumo, de taxas aduaneiras, de selo, de aquisição de imóveis a título oneroso (SISA) e o imposto sobre sucessões e doações.

O responsável da 4ª região fiscal do país, que corresponde às provín-

cias do Huambo, Benguela, Bié e Kwanza-Sul, lembrou que a finalidade primordial dos impostos tem que ver com o financiamento do Estado.

Para Osvaldo de Lemos Macaia, sem recursos, o Estado não pode exercer as atribuições mínimas, sendo, por esta razão, definido como laço que une o governante e governados em sentido bi-unívoco.

João Lourenço, candidato do MPLA a Presidente da República



MPLA considera “prematuras” eventuais alterações à Constituição

O candidato do MPLA a Presidente da República, João Lourenço, afirmou, na passada sexta-feira, em conferência de imprensa, em Luanda, “imprudente e prematuro” anunciar eventuais alterações à Constituição da República.

Em declarações a jornalistas, João Lourenço lembrou que a lei magna foi aprovada pelo Parlamento e “não imposta”, sublinhando que uma eventual alteração ou revisão só é possível com maioria qualificada de

mais de dois terços. O candidato do partido maioritário declarou igualmente que o MPLA não está em condições de afirmar, publicamente, se vai alterar a Constituição, tendo em conta a imprevisibilidade dos resultados eleitorais.

O texto fundamental do país comporta 244 artigos, tendo a sua maioria recebido ajustamentos pontuais sugeridos por instituições e cidadãos, durante a fase da consulta pública conduzida pela Comissão Constitucional.

O diploma estabelece três órgãos de soberania, nomeadamente o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais, sendo que o primeiro e o segundo “são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico, nos termos da Constituição e da lei”.

A Constituição foi aprovada, em 2010, por 186 votos a favor e duas abstenções, com boicote do maior partido na oposição, a UNITA, cujos 14 deputados presentes, na altura, saíram da sala, em protesto.

A Unita argumentou, na altura, que a Constituição não permitia a eleição directa do Presidente da República, que passou a ser o cabeça-de-lista do partido ou coligação mais votada para a Assembleia Nacional.

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

AMÉRICO AMORIM: 1934-2017

A trajectória do ‘Rei da Cortiça’

LEGADO. Amorim completaria 83 anos no próximo dia 21 e deixa uma fortuna avaliada em cerca de 4,9 mil milhões de euros que o colocou na condição de homem mais rico de Portugal.

Por César Silveira

O ‘Rei da Cortiça’. Américo Amorim ficou assim conhecido por culpa do início do seu percurso empresarial e da liderança mundial do negócio da cortiça. Herdou da família a aposta no sector. Constituída em 1970, uma pequena empresa familiar (que tem o mérito de ter sido a primeira fábrica para a produção manual de rolhas de cortiça para as garrafas de vinho do porto) esteve na origem do que é, actualmente, o Grupo Américo Amorim.

Em 1922, o pai e os tios de Américo Ferreira de Amorim fizeram um ‘upgrade’ ao negócio e criaram a “Amorim & Irmãos”, onde Américo viria a ingressar aos quadros nos anos 1950, depois da conclusão do curso Geral de Comércio.

Com os irmãos e um tio, fundou a Corticeira Amorim (1963), assim como a Ipcork e a Champcork, empresas do sector dos derivados da cortiça. Posteriormente tornou-se responsável executivo da Holding Corticeira Amorim, que controla as empresas corticeiras e afins.

A diversificação do negócio da cortiça é atribuída ao seu espírito inovador, enquanto a expansão e internacionalização dos negócios, à sua visão e ousadia. Américo concordava com esta caracterização como se pode depreender na seguinte frase que usou ao referir-se ao período de 25 de Abril de 1974 em uma das entrevistas que concedeu à revista portuguesa Visão: “Enquanto os outros fugiam, eu fiquei e comprei”.

Na ocasião, também destacou a experiência internacional que ganhou com as inúmeras viagens que realizou entre os anos 1950 e 60. “Estive durante quatro anos e meio fora de Portugal, nos caminhos-de-ferro, em segunda classe, e a dormir em pensões. Andei pela América do Sul, Europa central e Ásia. Conheci povos, mentalidades, culturas, guetos de poder, sociedades desfavorecidas. Fiquei com a ideia de como era o globo. Foi uma universidade fantástica.”

Iniciou a diversificação dos negócios nas décadas que se seguiram a 1974 com o Grupo Américo Amorim. Em 1981, esteve envolvido na criação da Sociedade Portuguesa de Investimentos (SPI), que daria lugar ao BPI. Mais tarde, viria a participar no BCP, o banco privado fundado em 1985. Depois da área financeira, o grupo posiciona-se em sectores como as telecomunicações, o turismo e o petróleo.



Amorim morreu na quinta-feira, 13, vítima de doença.

Actualmente, o Grupo Américo Amorim (GAA) detém posições em dezenas de empresas nos cinco continentes e em diversas áreas económicas, desde a cortiça ao têxtil, à vitivinicultura, entre outras.

Na área da cortiça, o GAA é o líder mundial através de 78 empresas, 28 das quais são unidades industriais de transformação, estando os seus produtos presentes em mais de 100 países.

1982

Ano em que começou a ligação do empresário com Angola

A sua ligação com Angola iniciou com a presença da Galp em 1982. Reforçou-a em 1993 na sequência da aquisição, pelo Grupo BPI, do então Banco de Fomento Exterior (que entrara em Angola em 1990). Seguidamente, participou em 2005 na criação do BIC Angola, tendo, em 2014, vendido os 25% que detinha tanto no BIC Angola como no BIC Portugal (criado em 2008 com os mesmos accionistas do BIC Angola). De resto, Amorim conta com um histórico recheado de compra e venda de participações. “Américo Amorim, um grande capitão da indústria, um homem com paixão pela criação de valor, riqueza, emprego e constante empreendedor de projectos”, é como Isabel dos Santos descreveu o antigo parceiro de negócios, fazendo recurso à sua conta do Instagram.

O **Nova Gazeta** na internet

ACESSE: www.novagazeta.co.ao



Os cortes pouco éticos de Trump na ajuda externa



SIMON JOHNSON

Quando os americanos são questionados sobre a percentagem de gastos do governo dos EUA para a ajuda externa, a resposta geralmente é de 25%. Mas, a resposta correcta é 1%. Não é pois de admirar que, quando o presidente Donald Trump justifica o corte na ajuda externa com o argumento de que os outros países precisam aumentá-la porque não estão a pagar parcela justa, muitas pessoas acreditem nele. A verdade é que são os Estados Unidos que não estão a pagar a sua parcela justa. Há muito tempo que as Nações Unidas pediram aos países ricos que aumentem a ajuda externa para 0,7% do rendimento nacional bruto (o que, é claro, é muito diferente dos gastos do governo). Em 2016, de acordo com os números da OCDE, os Emirados Árabes Unidos, Noruega, Luxemburgo, Suécia, Dinamarca, Turquia, Reino Unido e Alemanha atingiram esse nível. Em contrapartida, a ajuda oficial dos EUA representou apenas 0,18% do rendimento nacional bruto, ou 18 centavos por cada 100 dólares ganhos. Em termos absolutos, os EUA ainda gastaram mais em ajuda externa do que qualquer um dos países que atingiram este objectivo. Mas a Alemanha, apesar de ter uma economia inferior a um quarto da dimensão dos EUA, ficou apenas um pouco abaixo em nove mil milhões de dólares.

Se os cortes propostos por Trump forem implementados, enquanto a Alemanha mantém os seus gastos na ajuda, os EUA deixarão de ser o maior doador, mesmo em termos absolutos.

Outra comparação significativa é com o Reino Unido, que claramente não é tão rico quanto os EUA - o seu PIB per capita é 31% inferior. No entanto, há alguns anos, com o suporte bipartidário, atingiu o nível recomendado de 0,7% - mais de três vezes a proporção da renda nacional bruta gasta pelos EUA. Desde então, mantém esse nível.

Nem todos as ajudas dos EUA são

direccionadas para os mais necessitados. Os três países que recebem a maior parte da ajuda ao desenvolvimento dos EUA são o Afeganistão, a Jordânia e o Paquistão. Estas escolhas são, obviamente, baseadas no que são percebidos como interesses geopolíticos dos EUA, e não na agudeza da necessidade de ajuda ao desenvolvimento dos países.

Aqueles que sabem o que os cortes de ajuda dos EUA significariam para algumas das pessoas mais pobres do mundo estão consternados com esta perspectiva. Alex Thier, que conseguiu programas de ajuda do governo dos EUA de mil milhões de dólares, antes de se tornar director-executivo do Overseas Development Institute, em Londres, foi visitar uma clínica de saúde em Buikwe, Uganda, quando recebeu a notícia da proposta de orçamento de Trump, o que significaria cortes profundos nas tais instalações. A clínica de Buikwe, que trata 33 mil pessoas, tem um orçamento mensal de 150 de dólares. No dia da visita de Thier, houve 40 infecções confirmadas por malária e a malária continua a ser o principal assassino no distrito, apesar de poder ser tratada por três dólares.

A discrepância gritante entre o custo de tratar a doença e prevenir a morte no Uganda e os EUA torna a redução proposta por Trump nos gastos em ajuda - especialmente em programas de saúde globais - indicativo de profundo desrespeito pela vida e bem-estar das pessoas além-fronteiras

dos EUA. Quando se considera a baixa proporção do rendimento bruto que os EUA concedem como ajuda externa, a decisão de Trump torna-se ainda mais vergonhosa.

Às vezes, é dito que não devemos dar ajuda porque cria dependência. Sejamos claros: os choques de ajuda propostos por Trump fariam com que muitas pessoas morressem, e muitas mais enfrentem o sofrimento adicional de doenças e deficiências que poderiam ter sido evitadas com melhores cuidados de saúde.

Para utilizar a possibilidade de criar dependência para assim justificar os cortes, precisamos de evidências sólidas, não só de que alguns programas de ajuda criam dependência, mas que programas específicos de saúde global afectados negativamente pelos cortes realmente criam dependência. Na ausência de tal evidência, uma hipótese não comprovada é motivo insuficiente para que pessoas morram ou aumentem o seu sofrimento.

O Uganda parece ser um exemplo de um país que recebe uma quantidade significativa de ajuda e, ao mesmo tempo, ao contrário da hipótese de que a ajuda externa cria dependência, está a ter um rápido progresso económico. O número de ugandeses que vivem na extrema pobreza, conforme definido pelo Banco Mundial, caiu de 53% em 2006 para 34% em 2013. Na verdade, muitos países africanos estão cada vez mais a partilhar o fardo, colectando muito mais das suas próprias

receitas e gastando em áreas como a saúde e educação. Estes esforços para aumentar mais os recursos também são apoiados por doadores, incluindo os EUA. No entanto, na proposta de orçamento de Trump, a participação dos EUA nesse apoio seria eliminada.

Os cortes propostos pelos EUA nos programas globais de saúde vão economizar cerca de 2,3 mil milhões de dólares. Com o total estimado de gastos do governo federal para 2017 de cerca de quatro triliões de dólares, o que equivale a cerca de um dólar por cada 2.000 dólares que o governo provavelmente irá gastar. Em termos de boas práticas, estes programas de saúde globais podem oferecer o melhor valor de qualquer programa do governo federal. Todos os cortes de ajuda, na saúde mundial e noutros programas, bem como na diplomacia e esforços de paz, totalizam 19 mil milhões de dólares, ainda menos de 0,5% das despesas do governo federal.

Há sinais positivos de que alguns republicanos do Congresso dos EUA irão resistir aos cortes profundos propostos por Trump na ajuda externa dos EUA. Esperemos que assim seja. A ajuda externa - especialmente a ajuda que salva vidas e reduz o sofrimento humano - não deve ser uma questão partidária.

Professor de Bioética na Universidade de Princeton e Professor Laureado na Universidade de Melbourne. Os seus livros mais recentes incluem Um Mundo Agora e Ética no Mundo Real.

Para utilizar a possibilidade de criar dependência para assim justificar os cortes, precisamos de evidências sólidas, não só de que alguns programas de ajuda criam dependência, mas que programas específicos de saúde global afectados negativamente pelos cortes realmente criam dependência.



Internacional

SINAIS POSITIVOS VINDOS DA SEGUNDA MAIOR ECONOMIA DO MUNDO

Exportações e importações chinesas superam projecções de crescimento

COMÉRCIO.

Importações cresceram 11,3%, superando as projecções de 8,7%, enquanto as importações cresceram 13%.



China consolida-se como dos maiores exportadores do mundo.

196

Mil milhões USD, valor a que atingiram as exportações chinesas no mês passado

5%

Crescimento das trocas comerciais chinesas em Junho

Por César Silveira

As exportações chinesas, referentes ao mês de Junho, cresceram 11,3% para 196,6 mil milhões de dólares, quando comparado ao mês de Junho de 2016, superando as projecções de 8,7% das autoridades governamentais.

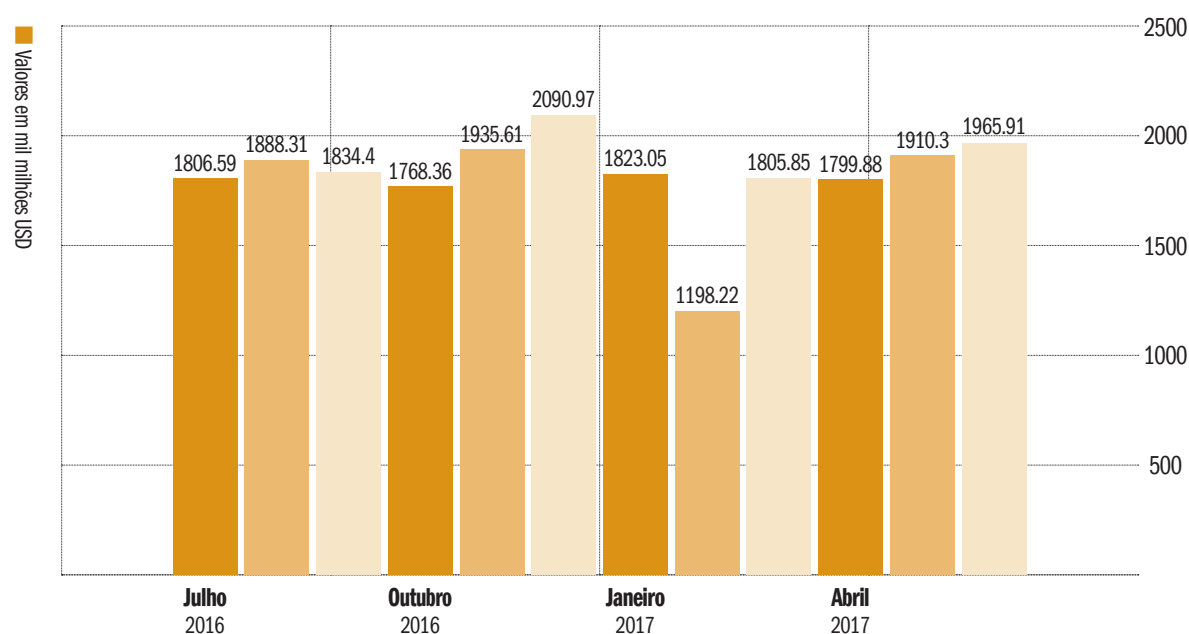
Foi o quarto mês consecutivo de aumento nas vendas chinesas e o valor de Junho passa a ser o maior do ano em curso, enquanto o mês de Fevereiro continua com o menor valor: 1198.22 biliões de dólares.

No mesmo período, as principais exportações chinesas repartiram-se em produtos mecânicos e eléctricos (41%), produtos tecnológicos (20%), indústrias com uso intensivo de mão-de-obra, como roupas, têxteis, calçados, móveis, produtos plásticos e cerâmica (16%), motores e geradores (5%) e circuitos integrados (5%).

Já os principais destinos de exportação foram os Estados

Unidos (18%), Hong Kong (15%), União Europeia (16%, dos qual a Alemanha, o Reino Unido e os Países Baixos representam 3% cada um), os países da ASEAN (12%, dos quais o Vietname representa

Evolução das exportações chinesas



Fonte: Administração Geral de Alfândega da China

3%), Japão (6%), Coreia do Sul (4%) e Índia (3%).

Os produtos mecânicos e eléctricos também lideram as importações chinesas com 34%, seguindo-se os bens de alta tec-

nologia com 23%. Entre as commodities, o petróleo bruto lidera as compras chinesas com 6%, seguindo-se, minério de ferro 2%, cobre e alumínio. Os produtos agrícolas representaram 5%.

Os dados foram divulgados pela Administração Geral de Alfândega da China que dão conta ainda de que, no mesmo período, as importações chinesas aumentaram cerca de 17,2% para 153,8 mil milhões de dólares, níveis que também superaram as perspectivas de crescimento das compras em cerca de 13%. O mês de Junho regista o segundo valor de importação, superado pelos 156,6 mil milhões de dólares de Março.

O maior parceiro de importação da China é a União Europeia com 12% das importações totais (das quais a Alemanha responde por 5%), seguem-se os países da ASEAN (12%, dos quais a Malásia representa 3%), Coreia do Sul (10%), Japão e Taiwan. Os EUA e a Austrália encerram a lista de principais vendedores com, respectivamente, 9% e 4%.

Sequencialmente, as trocas comerciais chinesas fixaram-se em 427,77 mil milhões de dólares, registando um crescimento de cerca de 5%, comparativamente aos anteriores 407,90 mil milhões de dólares.

O FUNDO Monetário Internacional (FMI) reduziu, na passada sexta-feira, as estimativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2018, de 1,7% para 1,3%.



A COMPANHIA britânica easyJet pediu um certificado de operador na Áustria para poder continuar a voar na União Europeia (UE) após a formalização do Brexit, anunciou a empresa na última sexta-feira, citada pela AFP.



EUA

Surpresas no Acordo de Paris

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, perspectivou “surpresas” em relação ao acordo climático de Paris sem, no entanto, deixar claro se as mesmas teriam que ver com o seu recuo no anúncio feito no passado mês de Maio de retirar o seu país do referido acordo.

“Algo pode acontecer em relação ao acordo de Paris. Veremos o que acontece”, disse Trump a jornalistas numa conferência de imprensa à margem do encontro com o presidente francês, Emmanuel Macron, em Paris, na passada semana. “Mas conversaremos sobre o assunto nos próximos meses. Se acontecer, será maravilhoso, se não acontecer, será bom. Mas veremos o que acontece.”

O Acordo de Paris é um compromisso histórico que foi negociado por perto de 200 países. Tem, como objetivo, travar o aquecimento global, através da redução das emissões de gases poluentes para a atmosfera e da utilização de combustíveis fósseis. Entrou em vigor a 4 de Novembro de 2016, 30 dias depois de ter sido ratificado por 55 países.

COOPERAÇÃO

Cabo Verde com a OCDE

A República de Cabo Verde pretende uma maior proximidade à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), conforme afirmações, na semana passada, de Jorge Carlos Fonseca, à margem de uma visita que efectuou à sede da organização, em País, durante um périplo no continente europeu.

“Foi uma oportunidade para trocarmos impressões sobre o relacionamento entre Cabo Verde e essa organização. Nós somos membros do Centro de Desenvolvimento da OCDE, mas estivemos a discutir a possibilidade de ter uma relação mais inteira, mais forte com a OCDE”, declarou o presidente cabo-verdiano.

A OCDE é uma organização internacional é integrada por paí-

ses que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas económicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais.

É integrada actualmente por 35 países e, neste momento, está no processo de aceitação de mais países como o Brasil, Croácia e Roménia, entre outros.

Durante o tempo que esteve na Europa, Jorge Fonseca teve encontros com o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, e com o presidente da Comissão da União Europeia, Jean-Claude Juncker.

“Senti e ouvi um grande interesse e empenhamento para que as relações entre Cabo Verde e UE sejam mais próximas e mais sólidas”, salientou.



Jorge Fonseca, presidente de Cabo Verde



Banco de Moçambique é o empregador preferencial.

MOÇAMBIQUE

Banca lidera ranking

O sector bancário lidera o ranking de Empregador de Preferência, ocupando as três primeiras posições da pesquisa desenvolvida pela empresa NHP Consultoria e Serviços, em parceria com a Herman Group, Employer of Choice (baseados nos Estados Unidos de América), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto de Nacional de Emprego e Formação Profissional.

Na globalidade, a pesquisa colocou o Banco de Moçambique como Empregador de Preferência em Moçambique, com 15,8%, seguindo-se o Banco Internacional de Moçambique

(BIM) com 9,8% e o Standard Bank 8,7%.

O sector, desta feita, acolheu 46,2% das preferências. A Autoridade Tributária (AT), a LAM-Linhas Aéreas de Moçambique e a KPMG seguiram-se nas preferências dos entrevistados.

A percepção de bom salário foi a que mais vezes foi mencionada, com 73% por cento, seguida pelo ambiente agradável e prestígio, com 11%. Participaram nesta pesquisa-piloto 540 pessoas, sendo a maioria (92%) com idades entre os 18 e 30 anos.

Eric Granry, representante da NHP, referiu que a empresa pretendia levar ao mercado moçambicano as pesquisas de mercado, que, acredita, vão promover competitividade entre as organizações tanto do sector privado, como do sector público.

BRASIL

Lula responde condenação com promessa de candidatura

O ex-presidente do Brasil Lula da Silva anunciou quinta-feira (12) que vai pedir ao Partido dos Trabalhadores para ser o candidato desta força política às eleições de 2018. Em conferência de imprensa, depois

de ter sido condenado a nove anos e meio de prisão, Lula anunciou que vai recorrer e denunciou aqueles que “estão a destruir a democracia” brasileira.

“E agora quero dizer ao meu partido, que até agora não tinha reivindicado mas vou reivindicar, o direito de me colocar como postulante à presidência da República em 2018”, anunciou na con-

ferência de imprensa.

O ex-presidente do Brasil denunciou aqueles que “estão a destruir a democracia do Brasil” e prometeu recorrer. “Quem acha que é o fim do Lula vai quebrar a cara. Quem tem direito de decretar o meu fim é o povo brasileiro”, insistiu.

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato,

lançada em 2013 para investigar o esquema de corrupção montado em torno da empresa petrolífera estatal brasileira, Petrobras, considerou Lula da Silva culpado de três crimes de corrupção passiva, praticados entre 11 de Outubro de 2006 e 23 de Janeiro de 2012, e outros três crimes de lavagem de dinheiro, entre 8 de Outubro de 2009 até 2017.

Ambiente

EM CAUSA ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Sexta extinção em massa de vida na Terra já está a acontecer

VIDA SELVAGEM. Cientistas alertam que extinções são prelúdio para desaparecimento massivo de vida na Terra. E está a acontecer mais rápido do que se previa, resultando numa “aniquilação biológica” da vida selvagem.

Duas espécies de vertebrados desaparecem para sempre todos os anos, em média, mas, apesar de este ritmo parecer lento, investigadores da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, alertam para a tendência de declínio. Segundo um estudo publicado na passada semana, mais de 30% das espécies vertebradas estão em declínio, tanto em termos de população como de distribuição geográfica.

“Trata-se de uma aniquilação biológica que ocorre a nível global, mesmo que as espécies a que pertencem estas populações ainda existam em algum local na Terra”, afirma um dos autores do estudo, Rodolfo Dirzo, professor de biologia na Universidade de Stanford.

De acordo com a agência France Presse, os investigadores traçaram a carta da distribuição geográfica de 27.600 espécies de pássaros, anfíbios, mamíferos e répteis, uma amostra que repre-



A queda dos animais é atribuída ao desaparecimento do seu habitat.

30

Por cento das espécies vertebradas estão em declínio, tanto em termos de população como de distribuição geográfica.

MEMORIZE

- Os investigadores apelam ainda a que se faça algo contra as causas deste declínio da vida selvagem, em especial a sobrepopulação e o excesso de consumo.

senta quase metade dos vertebrados terrestres conhecidos. Analisaram declínios de população numa amostra de 177 espécies de mamíferos entre 1990 e 2015.

Destes 177 mamíferos, todos perderam, pelo menos, 30% das suas áreas geográficas e quase metade perdeu, pelo menos, 80%. Cerca

de 40% dos mamíferos, entre eles rinocerontes, orangotangos, gorilas e grandes felinos, sobrevivem com 20% menos de território do que seria desejável.

O declínio dos animais selvagens é atribuído, sobretudo, ao desaparecimento do seu habitat, ao consumo excessivo de recursos, à poluição e ao

desenvolvimento de espécies invasivas e de doenças. As alterações climáticas também têm contribuído e este declínio tem-se acelerado, alertam os investigadores.

“Algumas das espécies que estavam relativamente seguras há 10 ou 20 anos”, como os leões e as girafas, “estão agora em perigo”, avisam.

Esta “perda massiva” em termos de população e de espécies “é um prelúdio do desaparecimento de muitas outras espécies e do declínio do ecossistema que torna a civilização possível”, advertiu o autor principal do estudo, Gerardo Ceballos, da Universidade Nacional Autónoma do México.



As superfícies cultiváveis destinadas ao café podem ficar reduzidas para metade em 2050.

DEVIDO AO AUMENTO DAS TEMPERATURAS

Produção mundial de café em perigo

A

especialistas e autoridades colombianas no primeiro fórum mundial dos países produtores.

As alterações climáticas colocam em risco a produção mundial de café, cuja procura tem aumentado nos últimos anos, alertaram

especialistas e autoridades colombianas no primeiro fórum mundial dos países produtores.

“Toda a gente vai ser afectada. O café é muito sensível a ligeiras variações de temperatura. À medida que ela (a temperatura) aumenta, todos (os países) vão ser afectados”, disse o brasileiro e, director executivo da Organização Internacional do Café (OIC), que reúne 43 países

exportadores e sete importadores.

As superfícies cultiváveis destinadas ao café podem ficar reduzidas para metade em 2050 devido ao aumento das temperaturas, que favorecem o desenvolvimento de doenças que afectam a planta, segundo um relatório do Instituto de Climatologia australiano, divulgado em 2016.

Educação & Tecnologia

COM COOPERAÇÃO DE FRANÇA

Cursos de engenharia vão ter currículos reformulados

REESTRUTURAÇÃO Cursos técnicos leccionados nas universidades vão ser ajustados às necessidades do país. A partir de 2018, quem estudar electromecânica, por exemplo, terá mais horas de aulas práticas. O projecto é do Ministério do Ensino Superior com o apoio de França.



NAS IES

Outorga de diplomas inicia hoje

A fase de outorga de diplomas anteriormente prevista para o período de 12 de Agosto a 2 de Setembro de 2017 tem início marcado para hoje (17) e o término agendado para 29 de deste mês.

Numa nota enviada à redacção do VALOR, o Ministério do Ensino Superior (MES) justifica a antecipação de outorgas com a realização, a 23 de Agosto, das eleições em Angola.

O órgão que tutela o ensino universitário salienta ainda que o cumprimento desta informação é de carácter “obrigatório” para todas as instituições de ensino superior públicas e privadas.

MAIS DE 1.700 NA UAN

Pelo menos, 1.725 novos graduados pela Universidade Agostinho Neto (UAN) do ano 2016, 1.606 licenciados e 119 mestres, vão receber os diplomas a partir de 18 de Julho de 2017, em cerimónias sucessivas que terão lugar nas unidades orgânica até 28 de Julho.

A cerimónia central será reservada a 34 licenciados, os melhores, e aos 119 mestres e terá lugar no ‘campus’ do Camama, em Luanda, sob a orientação da reitora Maria do Rosário Sambo.



Estudantes de engenharia da Universidade Agostinho Neto.

Os cursos de engenharias leccionadas nas instituições do ensino superior deverão, a partir do próximo ano, apresentar uma nova grelha curricular, no quadro de reestruturação que está a ser desenvolvida pelo Ministério do Ensino Superior (MES).

Trata-se, numa primeira fase, das engenharias electrotécnica, electromecânica, agrícola e mecânica que vão beneficiar de instrução adequada para potenciar os estudantes conforme as necessidades das empresas, para facilitar o acesso ao primeiro emprego e responder às novas exigências.

De acordo com a coordenadora do projecto, Cármen dos Santos, que falava à imprensa à margem do seminário sobre ‘Desafios das formações tecnológicas superiores

no contexto angolano’, realizado na passada semana, em Luanda, a iniciativa, que conta com a cooperação de empresas francesas e nacionais, beneficiou de um inquérito e de pesquisas para se preparar o currículo dos cursos no próximo ano académico (2018/2019).

Em declarações ao VALOR, a responsável avançou que a ideia é atribuir 80% da carga horária às aulas práticas, “uma realidade que as instituições de ensino superior ainda não experimentam nessa proporção e que já é bastante notável em universidades francesas”.

Os referidos cursos, quatro dos quais de licenciaturas e um de mestrado, foram seleccionados pelo MES e vão ser ministrados, inicialmente, em cinco universidades públicas. O mestrado, por exemplo, será leccionado na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN), em Luanda. As quatro licenciaturas serão ministradas nas universidades Kimpa Vita

80

Por cento da carga horária no cursos de engenharia serão de aulas práticas.

(UNIKIVI), no Uíge; Cuito Cuana-vale (UCC), no Kuando-Kubango; Mandume Ya Ndemufayo (UMN), Huila e José Eduardo dos Santos (UJES), no Huambo.

Segundo Cármen dos Santos, os cursos foram pensados e estabelecidos para êxito com empresas como a Sonangol, Total, a Cuca BGI, entre outras. “Vamos colocar lado a lado a universidade e as empresas para que uma diga quais são as suas necessidades e a outra forneça o produto final, o técnico formado segundo as necessidades das empresas”, esclareceu, avançando que, no termo da

formação, vão estabelecer uma ligação com as empresas e as parcerias públicas e privadas.

“Este tipo de projectos vem potenciar a organização, enriquecer os currículos no contexto da parte técnica, dos laboratórios da forma como as instituições se podem organizar e agrupar o conhecimento teórico a prática, desde as parcerias com as empresas que estão no mercado

Já Conselheiro de Cooperação e de Acção Cultural da embaixada de França, Sébastien Vittet, reiterou o apoio que o seu país tem dado a Angola, adiantando que esta cooperação vai permitir a organização dos conteúdos pedagógicos de engenharia a nível dos institutos superiores tecnológicos e escolas superiores politécnicas.

Para esta empreitada, a embaixada francesa conta com peritos e envia bolseiros estudantes para França. “É uma cooperação antiga, com vários projectos e que tem surtido efeitos positivos”, concluiu.

Marcas & Estilos

Sons engenhosos

As colunas da KEF Muon são um resultado da proeza dos mestres de engenharia que combinam a classe mundial e o design industrial por Ross Lovegrove. Apenas 100 pares foram já produzidos, e apresentam uma gravura individual de número de série na parte traseira.

De perder o fôlego

O anel de noivado Black Gold Black Diamond é uma criação impressionante que vai levá-la fôlego. É um designer exclusivo de alta manutenção de jóias e não se destina para o uso diário.

Decotes sensuais

A parte decotada e o meio do vestido em vermelho floral & azul de Rosie Assoulin é um dos exemplos mais acabados da sensualidade alguma vez manifestada pela beleza feminina.

Banhos de rocha

A bacia de lavagem da Gigant & Pense em pedra foi minuciosamente trabalhada de materiais rochosos com elementos magmáticos de lava e apresenta formas geométricas, detalhando a bacia interior.

Couros tradicionais

Os calçados da Louis Vuitton Winter 2016, foram feitos em couro de bezerro envidrada com eclipse monograma de lona derretida, cuja costura da parte superior é uma interpretação elegante do sapato militar tradicional.

Horas douradas

O movimento do esqueleto da mão mecânica da Panerai P.2005 é feito inteiramente com 16 linhas de aproximadamente 10 mm de espessura, 31 jóias, equilíbrio Glucydur, 28.800 alternâncias horárias. O KIF Parechoc é o dispositivo anti-choque que protege os seus 277 componentes.

TURISMO

Istambul: guardião do Mar Negro

Surpreendente cidade que separa a Europa da Ásia, Istambul tem uma arquitectura que ilustra a mistura cultural da cidade, com a bela Mesquita Azul a poucos passos da não menos bela basílica de Santa Sofia. O İstanbul Modern é um museu de arte contemporânea dedicado sobretudo a obras de artistas turcos, mas que também organiza exposições de artistas estrangeiros.

A cidade é a guardião do Mar Negro, pois, para entrar ou sair desse mar, é necessário passar pelo Estreito de Bósforo e pela porta de Istambul. Essa situação dá à cidade um grande poder de defesa.

Cada vez mais são os turistas do mundo inteiro que conferem o valor de Istambul, com a sua gastronomia, a sua história, mas também a sua intensa vida nocturna.



AUTOMÓVEL

Volkswagen: produto da história

Apesar das incertezas quanto ao futuro, hoje a indústria automóvel apresenta uma saúde de 'ferro'. A título de exemplo, a Alfa Romeo renasceu das cinzas, a Kia vai fazer a maior ofensiva de produto da sua história, a SEAT continua a bater recordes, a Volvo mantém o ritmo de crescimento acelerado e a Mazda não dá sinais de abrandamento.

Já a Volkswagen 2017 – apesar dos problemas com o escândalo das emissões – as vendas continuam em bom plano e os lançamentos agendados para este ano prometem aumentar as vendas. Naturalmente, entre estas novidades, destaca-se o arranque da produção do T-Roc, modelo que será produzido na Autoeuropa.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 18 DE JULHO

Exposição de pinturas 'Rostos' do artista Lino Damiano, no Centro Cultural Português. A partir das 18 horas.

20 DE JULHO

À conversa com os Drs. Alfredo Kabuto e Carlos Cunha sobre 'Turismo um caminho para a diversificação económica', na Academia BAI. Às 17h:30.

27 E 28 DE JULHO

2.ª Edição do 'Serenatas a Kianda' com Gabriel Tchiema e Maria Gadu, na Casa 70. Ingressos entre os 12 mil e 30 mil kwanzas. Às 21 horas.

29 DE JULHO

Angola Fashion Awards 2017 – Masquerade Ball, no hotel Epic Sana. Às 19 horas. Ingressos a partir de 6.000 kwanzas.

ATÉ 16 DE AGOSTO

Exposição colectiva da 6.ª Edição do 'Vidrul Fotografia', com Bruno Carlos, Chilala Moco, Jessé Manuel e Tucunaré, no Espaço Luanda Arte. Às 18 horas. Entradas grátis.

“Gostaria muito de me dedicar totalmente à literatura e ganhar dinheiro com a arte, mas ainda não é possível. É preciso que o mercado literário cresça e que a cultura do livro se instale com mais afinco.”

MIRA CLOCK, ESCRITORA

“Angola vive momentos de muitas esperanças e desafios”

LITERATURA. Caracterizada pela forma intensa e romântica como escreve, Mira Clock, de 26 anos, é apaixonada pela escrita desde muito cedo. Com três obras publicadas, a jovem confessa que já foi “mais difícil” lançar livros em Angola. Em vésperas de eleições, acredita que Angola, apesar dos “desafios”, vive “momentos de muita esperança”.



ainda não concede a mesma projecção que dá a outros artistas aos escritores, mas este cenário já foi pior.

Vive da literatura?

Infelizmente, não. Gostaria muito de me dedicar totalmente à literatura e ganhar dinheiro com a arte, mas ainda não é possível. É preciso que o mercado literário cresça e que a cultura do livro se instale com mais afinco.

Como concilia a literatura com o resto da sua vida?

À medida que os outros campos da minha vida vão ganhando mais espaço, começa a ser mais difícil dedicar-me à literatura. Mas não parei de escrever. É uma necessidade, tento gerir o tempo de modo a que seja possível escrever sempre.

Em que difere ‘Mira do Desabrochar’ de ‘Mira de Vozes da Cidade’?

Desde o lançamento do Desabrochar passaram cinco anos e muita coisa se alterou. A Mira do ‘Desabrochar’ era uma menina que estava a começar universidade e tinha sonhos e expectativas. E o tipo de escrita era mais melancólico, romântico e subjectivo. Mira do ‘Vozes da Cidade’ é uma jovem mulher com passos cada vez mais precisos no mundo profissional, com objectivos e horizontes bem definidos.

Qual é a sua auto-avaliação?

Amadureci. Apesar de não ter deixado de sonhar, perdi um pouco da minha inocência: “A vida aconteceu em mim”.

Quais são as suas referências?

Mia Couto, Pepetela, Ondjaki, Eduardo Agualusa, Fernando Pessoa e Florbela Espanca são alguns dos escritores que mais influenciam o meu ser artístico.

Há um novo livro a caminho?

Na verdade, há dois livros a caminho: ‘Amor e Milagre’ e ‘Devaneios’.

Como avalia o contexto sociopolítico que Angola atravessa?

Verifica-se um clima de muitas expectativas e ansiedade por mudanças, o que é normal tendo em conta as circunstâncias. Nota-se o acumular de uma série de desafios sociopolíticos e metas macroeconómicas que se pretende atingir na próxima República. Angola vive momentos de muitas esperanças e desafios.

Por Lúcia de Almeida

Como entra na escrita?

Nasci com a paixão pela literatura. Escrever, para além de ser uma acção muito natural, faz parte de mim. A escrita é uma necessidade, preciso de escrever para me expressar. É a melhor terapia que encontrei para esvaziar o meu peito e a minha mente. O gosto surgiu com o hábito de leitura. Comecei a escrever poemas aos 11 anos. Mas só aos 17, quando ingressei no LEV’ARTE, é que decidi ser escritora.

O que a motivou a escrever poesia e prosa?

Sou sortuda, filha de dois professores que também são bons leitores. Sempre tive o apoio dos meus pais. Comecei a escrever poemas porque foi o meu primeiro amor literário. Após ter publicado o meu livro de poemas, ‘Desabrochar’, comecei a ler outros temas e a desenvolver o interesse por novos desafios literários. Faz-me falta a ansiedade de aprender e arriscar coisas novas.

É difícil publicar livros em Angola? Já foi mais difícil. Hoje já vão sur-

gindo algumas editoras com qualidade e boa dinâmica na prestação dos seus serviços. Mas ainda fica dispendioso para os escritores custearem os serviços de edição, paginação e impressão das suas obras em Angola. Os custos estão cada vez mais altos, o que não é diferente noutros segmentos de negócios, trata-se de uma fase menos favorável para a economia angolana.

Quais são as maiores dificuldades?

Relativamente à edição e impressão, já não encontro grandes dificuldades. O meu último livro, ao contrário dos anteriores, foi editado e impresso cá em Angola. Porém, a dificuldade que ainda persiste é a distribuição. Existem poucas empresas distribuidoras com capacidade para expandir os livros por todas as províncias.

O amor é um factor de inspiração?

O estado de espírito em que o escritor se encontra é muito importante e pode influenciar a escrita. A minha inspiração é algo que resulta, muitas vezes, de factores externos.

O que transmite quando escreve? A minha visão sobre as coisas.

PERFIL

Ana Zulmira da Silva Ramalheira, ou simplesmente ‘Mira Clock’, nasceu em Luanda, há 26 anos. Licenciada em Direito pela Universidade Metodista de Angola. É membro executivo do Movimento Literário ‘Lev’Arte’, no qual se inscreveu aos 17 anos. Começou a escrever os primeiros textos aos 11 anos. Em 2012, lançou o primeiro livro de poesia intitulado ‘Desabrochar’, em Fevereiro de 2014, escreveu crónicas e outros textos para o programa ‘Amanhã é outro dia’ da emissora Luanda Antena Comercial (LAC). Em 2015, lançou o romance ‘Cartas a um ex-amor’. No ano a seguir, lança o ‘Vozes da Cidade’.



O estado de espírito em que o escritor se encontra é muito importante e pode influenciar a escrita.

Que significado teve para si ‘Palavras’ e ‘Sete Pecados’?

Participar destas antologias foi muito importante e pesou muito na minha decisão de publicar o primeiro livro.

Como vê a literatura em Angola?

Gostaria de contribuir mais e estar viva para ver a cultura do livro instalar-se nos lares. Se eu tivesse algum poder de decisão, ou mais capacidade de influência, gostaria de diligenciar acções para um dia testemunhar o momento em que as bibliotecas e as livrarias tivessem tanta demanda como os clubes nocturnos e as discotecas.

Os escritores são reconhecidos?

Em regra, sim. A comunicação social

NÚMEROS DA SEMANA

2,6

Mil milhões de dólares é o valor aproximado que deverá ser aplicado pelo grupo privado angolano Lucitur para a implementação de um empreendimento turístico de luxo na Baía dos Elefantes, em Benguela.

50

Mil toneladas é a quantidade de café que Angola poderá produzir até 2022, seis vezes mais do que a produção do período de Setembro de 2016 a Junho 2017, informou o embaixador de Angola no Brasil, Nelson Cosme.

6

Mil é o número de indianos a residirem actualmente em Angola, perto de 1.500 dos quais a trabalharem no projecto Angola LNG, segundo dados oficiais.

500

Mil dólares é o valor que a FAO, em parceria com o PNUD, vai aplicar, numa primeira fase, na implementação de um projecto-piloto de apoio à promoção da apicultura em benefício da mulher rural no Cunene.

STANDARD CHARTERED FINANCIA LAÚCA

Angola recebe mais 250 milhões USD



Angola vai receber um financiamento na ordem dos 265,8 milhões de dólares do banco britânico Standard Chartered. A celebração do acordo foi, recentemente, autorizada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Segundo um despacho presidencial, o montante deverá servir para dar cobertura a projectos ligados à barragem de Laúca. “Aprova o acordo de financiamento a celebrar entre a República de Angola, repre-

sentada pelo Ministério das Finanças, e o Banco Standard Chartered, no valor global de 265.800.000,00 USD, para cobertura do Projecto do Sistema de Transporte de Energia Associado ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca”, lê-se no documento, publicado no Diário da República.

Localizada entre as províncias do Kwanza-Norte e Malanje, a barragem deverá custar ao Estado mais de três mil milhões de dólares. E,

quando da apresentação do projecto, o Governo já tinha antecipado que parte do valor seria coberta por via de crédito. Em 2014, por exemplo, Angola tinha recorrido a um financiamento equivalente a 200 mil milhões de kwanzas provenientes do Brasil para cobrir os custos da empreitada, que gerou cerca de 10 mil postos de trabalho.

O Ministério da Energia e Águas anunciou que a barragem de Laúca deverá iniciar a geração de energia comercial, a partir da próxima semana (21 de Julho), depois de terem sido realizados alguns testes. O director do projecto Laúca, Elias Estevão, informou que os testes visam avaliar o comportamento da turbina e a velocidade prevista de 200 rotações por minuto, numa altura em que já decorre a inspecção-geral do sistema.

António Miguel



100 milhões USD para centralidades

Mais de 100 milhões de dólares foram aprovados pelo Governo para a construção de três novos centros urbanos. Trata-se das centralidades de Carreira de Tiro II, em Malanje, M’baza Congo, no Zaire, e do Saurimo, na Lunda-Sul.

Em diferentes despachos, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, autoriza a aprovação das minutas de contratos das empreitadas. Para a centralidade da Carreira de Tiro II, por exemplo, um valor em kwanzas, equivalente a 35,1 milhões de dólares, enquanto para igual projecto em Saurimo foi aprovado o equivalente a 32,8 milhões de dólares.

Para M’banza Congo, cidade recentemente classificada pela UNESCO, Património Mundial, o Governo aprovou 32,8 milhões de dólares para erguer uma nova cidade. A aprovação destas verbas enquadra-se no programa governamental de habitação que visa a construção de novas centralidades em todas as províncias.

Na primeira semana de Julho, o PR tinha já aprovado mais de 500 milhões de dólares para obras de infra-estruturação externas de diferentes centralidades em Luanda, Bengo, Benguela e Huíla.

GEOLOGIA E MINAS APROVA CONTRATOS

Fosfatos explorados em Cabinda

Um projecto de exploração e transformação de fosfatos foi apresentado, na sexta-feira, 14, em Cabinda, pelo Ministério da Geologia e Minas em parceria com a empresa Mongo Tando.

A mina deverá ser instalada em Tando Zinze, com as unidades de beneficiação do mineral (granulação) no mesmo local e estará vocacionada para a exploração e a transformação de jazigos e rochas fosfatadas, para a produção de fertilizantes para o mercado interno, bem como, para a exportação.

Estima-se que, na área de concessão (21,16 quilómetros quadrados) do projecto, exista, pelo menos, 10,2

milhões de toneladas de rocha fosfatada, com teores de fosfato a rondar os 25,3%. A produção de fertilizantes fosfatados deverá arrancar em 2019 com 800 mil toneladas. Além de contribuir para reduzir a necessidade de importação de fertilizantes, o Governo espera que o projecto venha criar um mercado interno no sector e permitir a exportação de fertilizantes fosfatados compostos.

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, aprovou recentemente vários contratos de exploração mineira em diferentes províncias. No Bié, por exemplo, a cooperativa mineira Kaleny-Muatcili Diamond foi autorizada a desenvolver explo-

ração semi-industrial de diamantes. Já na Huíla, a empresa Maeva-Rochas Ornamentais teve luz verde para explorar granito marrom, nos Gambos.

Francisco Queiroz aprovou ainda a exploração semi-industrial de diamantes, no município de Quela, em Malanje. O projecto é da Cooperativa de exploração de diamantes Sol de Cassanje. Enquanto, em Mavinga, Kuando-Kubango, a cooperativa Kaleny-Muatcili Diamond ganhou o direito de explorar diamantes, em regime semi-industrial.

António Miguel

O VALOR ESTA SEMANA

ECONOMIA NACIONAL

França financia sectores

O Governo angolano e a Agência Francesa de Desenvolvimento decidiram reforçar a parceria, que se mantinha ‘arrefecida’ durante 22 anos. O reatar das relações permitiu as partes rubricarem um novo acordo que deverá permitir o financiamento de novos projectos em três sectores-chave da economia, nomeadamente o da energia, agricultura e das águas. Pág. 10



INDÚSTRIA CIMENTEIRA

Cimangola exporta clínquer

A fábrica da Cimangola, inaugurada, em Luanda, já deu início ao seu plano de exportação de clínquer, tendo, como primeiro destino, os Camarões que deverão receber 50 mil toneladas do produto nacional. Construída numa área de 687 hectares, possui uma capacidade para produzir anualmente 1,6 milhões toneladas de clínquer. Pág. 15

MINA DE DIAMANTES

Lulo entre as maiores do mundo

Os resultados da produção do segundo trimestre do ano em curso da Sociedade Mineira do Lulo reforçam as possibilidades de se estar perante uma das maiores do mundo, em termos de valores. Dados revelam que o número de diamantes especiais recuperados aumentou cerca 97% para 57 unidades. Pág. 16